



revista • do
Agricultor



**IGNORAR A AGRICULTURA
E O MUNDO RURAL
É IGNORAR 90%
DO TERRITÓRIO NACIONAL**

CA AGRICULTURA

Investimos no Agronegócio por um bem maior

Faça crescer os seus resultados com as soluções CA que apoiam a agricultura de precisão.



PUBLICIDADE 01/2023



Para mais informações:

creditoagricola.pt | [f](#) [@](#) [d](#) [v](#) [in](#)



Crédito Agrícola



MOMENTO DE BALANÇO E REFLEXÃO PROSPETIVA

ÁLVARO MENDONÇA E MOURA
Presidente da CAP

*“Não receemos
discutir
sem tabus
aquilo que
é condição
de sobrevivência
e de soberania
para o nosso país”*

O momento em que escrevo, no primeiro dia de agosto imediatamente antes das férias e numa altura em que o País se prepara para receber Sua Santidade o Papa Francisco, é um momento de balanço e de alguma reflexão prospetiva. Balanço de uma primeira metade do ano extremamente difícil, em que o país conheceu uma das suas piores secas, que se seguiu aliás a outro ano já ele de seca severa. Os efeitos de secas acumuladas, como se sabe, não se somam multiplicam-se, foi esse o nosso caso. E os agricultores tiveram de enfrentar a situação praticamente sozinhos. Ao contrário do exemplo espanhol, em que o Governo de Madrid, para não falar nos das comunidades autónomas, não esperou pelas decisões de Bruxelas para avançar com os indispensáveis apoios aos seus agricultores, antes utilizou esse mesmo apoio como forma de pressionar a Comissão Europeia a avançar com fundos próprios da União, o nosso Governo, reconhecendo embora publicamente a gravidade da situação, evitou uma posição pró-ativa e até este momento os agricultores continuam ainda a aguardar a concretização de eventuais apoios relativos à seca do corrente ano. Desapontadora foi igualmente a reação do Ministério da Agricultura às intempéries desastrosas que afetaram uma parte da região de Trás-os-Montes; quando se esperaria uma reação rápida e até um particular sinal de empenho dados os circunscritos limites geográficos da área em causa, a reação tibia provocou natural deceção e deixou neste caso que fossem as próprias Câmaras Municipais a assumir o essencial da resposta e a proteção dos agricultores afetados.

Mas a primeira parte de 2023 trouxe paradoxalmente também sinais muito positivos e encorajadores para os agricultores portugueses. Em

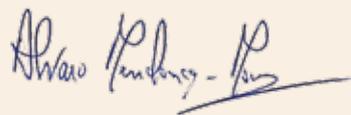
primeiro lugar, o sinal de união e determinação materializado nas manifestações que, em números sem precedente, sob a batuta da CAP, ocuparam de janeiro a março várias cidades nas mais diversas regiões do país, de Mirandela a Évora, de Castelo Branco a Beja, de Portalegre às Caldas da Rainha. Os agricultores expressaram de forma particularmente audível o seu protesto contra o novo Plano estratégico da nova política agrícola comum (PEPAC), contra os atrasos no PDR 2020, contra a falta de atenção à floresta e, sobretudo, contra o desmembramento – e a falta de diálogo – do Ministério da Agricultura.

Foi também possível, em conjunto com a Distribuição, assinar com o Governo um acordo positivo sobre a compensação ao aumento dos custos de produção (conhecido como IVA zero, mas que vai muito para lá disso). Este acordo tem diversas vertentes que acreditamos serão respeitadas. Uma delas é a revisão do PEPAC que deverá tornar-se num elemento dinamizador, facilitador da atividade agrícola, potenciador da sua modernização e não num instrumento burocrático, tecnicamente tão ininteligível que acaba por ser redutor das opções do agricultor, como se comprovou – e a CAP tinha atempadamente alertado – com a necessidade sentida de prolongar até hoje o prazo para a apresentação do Pedido Único. Aquele acordo, sendo prolongado, terá necessariamente de envolver os agricultores. Por outro lado, os atrasos na criação de condições para a entrega dos Pedidos Únicos não poderão servir de desculpa para retardar a entrega atempada aos agricultores das verbas da União Europeia a que têm direito.

Temos na nossa frente três enormes desafios: a já referida revisão do PEPAC, uma nova abordagem integrada à questão da floresta, que valorizando a sua importantíssima função ambiental a pense também na sua vertente económica, justamente para que possa assumir em plenitude a sustentabilidade ambiental e até social, e por fim uma reflexão alargada sobre a água em Portugal, que congregue num verdadeiro desígnio nacional e sobre bases científicas as diversas correntes político-partidárias. Não receemos discutir sem tabus aquilo que é condição de sobrevivência e de soberania para o nosso país.

Orgulhosa do sucesso da Feira Nacional da Agricultura, que este ano contou com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e acolheu um número invulgar de visitantes, confiante em igual sucesso na AGROGLOBAL no início de Setembro, a CAP continuará empenhada em dialogar seriamente, desde logo com o Governo e os Parceiros Sociais, na procura de soluções pragmáticas e viáveis, mas não abdicará da defesa intransigente dos agricultores que o mesmo é dizer da Agricultura Nacional.

1 de Agosto 2023



3 EDITORIAL

Por Álvaro Mendonça e Moura,
Presidente da CAP

6 INICIATIVAS CAP

'A opinião dos portugueses sobre a
agricultura nacional' - Estudo realizado
pela Universidade Católica para a CAP

8 DITO & ESCRITO

FICHA TÉCNICA

Diretor
Luís Mira

Equipa redatorial
Célia Andrade candrade@cap.pt
António Alpalhão aalpalhao@cap.pt

Colaboração especial
Alexandra Brito, Cláudia Gonçalves, Cristina
Morais, Florbela Leopoldo

Assinaturas
Mário Costa mcosta@cap.pt

Publicidade
Francisco Ribeirinho fribeirinho@cap.pt

Design
VCardoso.Design & Edições Lda
Av. Infante Santo, 61-4º esq., 1350-177 Lisboa
vcardoso.design.edicoes@gmail.com

Impressão
Jorge Fernandes, Lda
Rua Quinta Conde de Mascarenhas, nº9,
Vale Fetal
2820-653 Charneca de Caparica

Propriedade e Edição
Confederação dos Agricultores de Portugal
Rua Mestre Lima de Freitas, nº1
1549-012 Lisboa
Tel.: 217 100 000
NIPC: 501155350

Sede da Redação
Rua Mestre Lima de Freitas, nº1
1549-012 Lisboa

Tiragem 1000
Periodicidade bimestral
Depósito legal 15758/87
Registo de Imprensa 11343

Estatuto editorial

A REVISTA DO AGRICULTOR é uma publicação bimestral dirigida à atividade agrícola e ao mundo rural. A REVISTA DO AGRICULTOR tem como objetivo a divulgação de informação especializada no âmbito da agricultura, no estrito rigor das políticas agrícolas nacionais e europeias, com vista à valorização do mundo rural, enquanto dinamizador da economia, da sustentabilidade e biodiversidade e da qualidade de vida. A REVISTA DO AGRICULTOR desenvolve a sua atividade com absoluta liberdade editorial e independência de quaisquer poderes políticos e económicos. A REVISTA DO AGRICULTOR assume o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa fé dos leitores.



10 OPINIÃO

Amante e conhecedor da Natureza, Manuel França partilha a sua perspetiva sobre a expansão descontrolada de javalis em Portugal, um animal que nunca enfrentou a extinção nem tem predadores naturais

14 ÁGUA

Contributo da CAP para a 'Livro Branco do Regadio Público'

16 ASSOCIATIVISMO

Estudantes apresentam resultados no Dia de Campo InovMilho

18 FNA2023

Feira foi afirmação de vitalidade da Agricultura

20 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAP presente na 111ª Conferência Internacional do Trabalho

22 BIOINDÚSTRIA

MICROHARVEST – Parceria com P-BIO

24 TEMA CENTRAL - POLÍTICOS IGNORAM 90% DO PAÍS

O sistema político representativo privilegia a concentração populacional em detrimento da geografia. Este é um debate urgente.

28 GESTÃO E CONSERVAÇÃO

Apoiar a Natureza: as ações da MONTIS no terreno - Parceria com MONTIS

31 INTERNACIONALIZAÇÃO

9ª edição d'O Melhor de Portugal volta a conquistar Bruxelas

32 ÁGUA E AGRICULTURA (CONCLUSÃO)

Plano Regional de Regadios e Regiões Edafo-climáticas: Zonas Homogéneas 3 e 4

40 AGROALIMENTAR

Mercadona e Lactidouro – Parceria Mercadora

42 BIODIVERSIDADE

Boas práticas agrícolas: Charcas e pequenas barragens

44 BIODIVERSIDADE

Três sítios para ver aves na região de Lisboa - Parceria com SPEA

46 COMISSÃO EUROPEIA

Iniciativa 'AgriJovem2023'

48 ESPAÇO EMPRESARIAL

ESTUDO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

A OPINIÃO DOS PORTUGUESES SOBRE A AGRICULTURA NACIONAL

A sondagem realizada pelo CESOP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica, a pedido da CAP, revela a percepção dos portugueses sobre o setor agrícola em temas fundamentais como, por exemplo, a sustentabilidade, a soberania alimentar e a gestão política.

Dois terços dos portugueses (64%) consideram que o setor agrícola é sinónimo de progresso e apontam como principais agentes responsáveis pelos avanços na Agricultura: a evolução científica e tecnológica, a acção dos próprios agricultores e a iniciativa da União Europeia e da Política Agrícola Comum (PAC).

Com 65% da amostra de inquiridos a referir que segue com “interesse” ou “muito interesse” a atividade do Ministério da Agricultura e da Alimentação, os portugueses defendem claramente o reforço de competências por parte do Ministério referindo que as Florestas e a Utilização da Água devem estar sob a alçada daquela tutela.

Prova da importância conferida pelos portugueses à Agricultura e à temática da Alimentação é o facto de 77% dos inquiridos referir como “muito importante” a garantia de autossuficiência alimentar – isto é, a capacidade de um país satisfazer as necessidades de consumo de bens alimentares da sua população, seja através da produção interna, seja pela importação de bens alimentares financiados pelas correspondentes exportações.

De acordo com o estudo, os portugueses convergem também na ideia de que os alimentos produzidos em Portugal são seguros, nutritivos e saudáveis, assim como frescos e sazonais. Concordam que é uma alimentação sustentável, que respeita a natureza e os recursos naturais, assim como os animais, sendo ambientalmente responsável – ainda que refiram a utilização em demasia de embalagens e tendam a concordar em menor monta com a ideia de que a produção alimentar respeita e remunera os trabalhadores, oferecendo remuneração e condições de trabalho e de vida adequadas.

A sondagem também apurou que os portugueses consideram a Água como um tema central da agricultura nacional e, concordam fortemente com a necessidade de haver mais investimento em captação de água para fins

“Naturalmente, existem divergências na forma como os portugueses olham para a temática da Agricultura, mas observa-se um consenso alargado sobre as matérias mais macro. Por exemplo, na forma como tendem a concordar com a imagem de um setor que contribui, igualmente, para a sustentabilidade ambiental ou com a ideia de que esta atividade é moderna e tecnologicamente avançada.”

Ricardo Reis, Diretor do CESOP

agrícolas e em regadio em todo o país.

Tendo como ponto de partida a Barragem de Alqueva, o mais emblemático empreendimento para fins hídricos do país (e da Europa), 80% dos inquiridos afirma que, não só este investimento “valeu a pena”, como 87% declaram mesmo que deveria ser reforçado, com a expansão de área de regadio a mais zonas do território alentejano. Da mesma forma, denotam um consenso alargado sobre o papel de Alqueva para o desenvolvimento hídrico (aproveitamento da água), económico e social da região – atendendo ao seu relevante contributo não só para a Agricultura, mas também para o turismo ou para a produção energética.

Auscultados sobre a temática dos Preços ao Consumidor, os portugueses atribuem como principais fatores pelo aumento do custo dos alimentos a margem dos lucros da Distribuição (40%), a subida dos fatores de produção como efeito da guerra na Ucrânia (34%), mas também os impostos cobrados pelo Estado, através do IVA (22%).



O estudo que a Universidade Católica realizou a pedido da CAP foi apresentado durante a sessão de abertura da Feira Nacional de Agricultura, a 3 de junho, na presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa

“Era importante perceber como a população olha para a agricultura e este estudo mostrou que os portugueses entendem a importância deste setor, acompanham com interesse o que se vai passando na área e pedem uma aposta clara nesta atividade. Existe uma dissonância entre a relevância que este setor tem para a opinião pública e aquela que lhe é conferida pelo Governo.”

Luís Mira, Secretário-Geral da CAP

Sobre o Acordo assinado entre o Governo, a Produção e a Distribuição, que culminou na aplicação de IVA zero a um cabaz alimentar selecionado para fazer frente à subida dos preços dos alimentos, 62% dos respondentes afirmam que os apoios do Governo à produção

não permitem que os consumidores tenham acesso a produtos mais baratos.

Ficha técnica

Este inquérito foi realizado pelo CESOP – Universidade Católica Portuguesa para a Confederação dos Agricultores de Portugal, durante os dias 10 e 19 de abril de 2023. O universo alvo é composto por cidadãos com 18 ou mais anos de idade, de nacionalidade portuguesa e residentes em Portugal. Os inquiridos foram selecionados aleatoriamente a partir de uma lista de números de telemóvel, também ela gerada de forma aleatória. Todas as entrevistas foram efectuadas por telefone (CATI). Os inquiridos foram informados do objectivo do estudo e demonstraram vontade de participar.

Foram obtidos 991 inquéritos válidos, sendo 50% dos inquiridos mulheres, 28% da região Norte, 21% do Centro, 35% da Área Metropolitana de Lisboa, 7% do Alentejo, 5% do Algarve, 2% da Madeira e 2% dos Açores. Todos os resultados obtidos foram ponderados de acordo com a distribuição da população por sexo, idade e região. A taxa de resposta foi de 26% (percentagem dos contactados que aceitaram participar e responderam a todo o questionário). A margem de erro máximo associado a uma amostra aleatória de 991 inquiridos é de 3,1%, com um nível de confiança de 95%.

Nota: O estudo «A opinião dos portugueses sobre a Agricultura Nacional» está disponível no site da CAP/iniciativas

DITO & ESCRITO

“Na Igreja deve haver lugar para todos, todos, todos!”

“O único momento em que é lícito olhar uma pessoa de cima para baixo é para a ajudar a levantar-se”

“Ser descontente é um bom antídoto contra a presunção da autossuficiência e o narcisismo”

Papa Francisco
Jornadas Mundiais da Juventude
Lisboa, 1 a 6 de agosto 2023

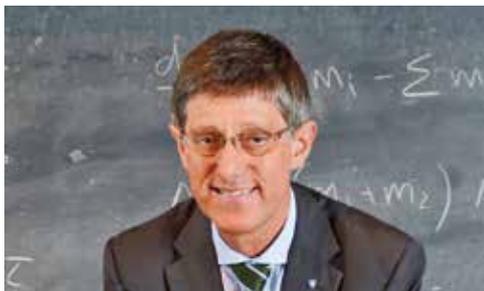


“Nós precisamos de ser atrativos a vários níveis, não só acolhendo bem os estrangeiros, mas criando condições para que fiquem cá. Nós precisamos de pessoas”

Maria João Valente Rosa
Socióloga
Público, 12/08/2023

“Os últimos nove anos foram os mais quentes de que há registo. A mãe Natureza está a passar-nos uma mensagem: não há fronteiras políticas, não há fronteiras geográficas. Estamos todos juntos nisto”

Bill Nelson, NASA
Conferência de imprensa, 14/08/2023



“Num mundo com a informação á distancia de um clique, milhões de pessoas acreditam que a terra é plana, que o criacionismo é uma alternativa válida à teoria da evolução, que os milagres divinos são comuns ou que os extraterrestres nos visitam frequentemente”

Arlindo Oliveira
Professor do IST, presidente do INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento)
Público, 07/08/2023

“Se queremos comida no prato, temos de a produzir nos nossos campos, ou então mandamo-la vir de outros países”



José Pedro Salema
Presidente da EDIA
Expresso, 04/08/2023

“Tivemos nos últimos 20 anos, os 20 mais secos. É o novo normal”



José Guerreiro
Presidente do IPMA
Expresso, 11/08/2023

“Estamos a empobrecer e depois do PRR vamos ser mais pobres”



Maria da Graça Carvalho
Eurodeputada PSD
Diário de Notícias, 31/07/2023



"Eramos um território pobre e sem esperança no final dos anos 90 do século passado e agora somos um território rico, em que se acredita, e que ainda tem muito a dar à economia nacional"

Paulo Arsénio
Presidente Câmara de Beja
Expresso, 04/08/2023



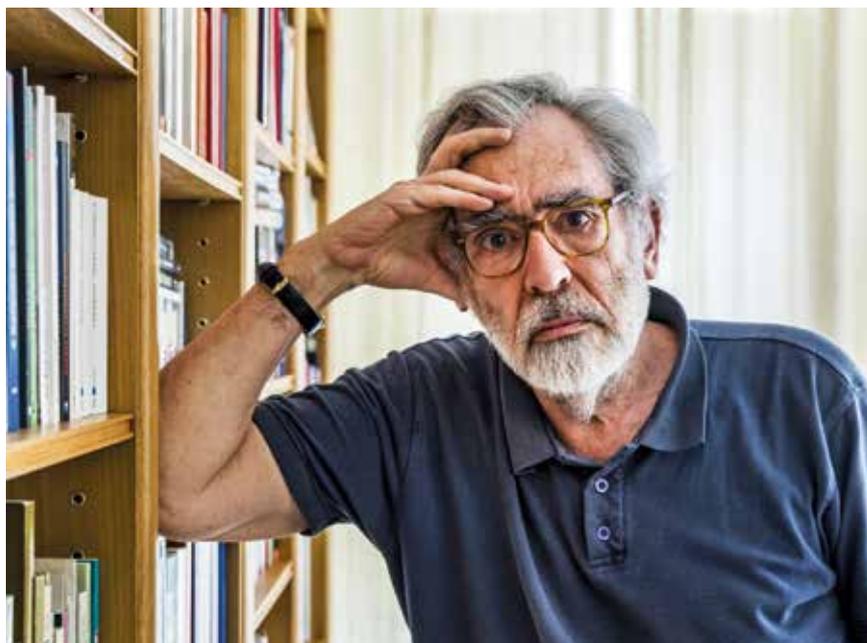
"Alguns cidadãos deixaram há muito de ser cidadãos e passaram a ser espectadores"

Gonçalo M. Tavares
Escritor
Expresso, Revista E, 14/07/2023



"Os agricultores do complexo agroalimentar que alimentaram milhares de milhões são heróis a celebrar"

Ricardo Reis
Economista
Expresso, 21/07/2023



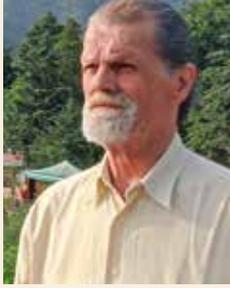
"Esta [Jornada Mundial da Juventude] tem-se revelado um êxito muito especial. A popularidade e a alegria têm sido a regra. Portugal e os portugueses ficaram a ganhar. Apesar de se ter gasto demais. Mau grado os poderes públicos se terem talvez empenhado excessivamente. E não obstante os políticos e as autoridades se terem aproveitado o mais possível da manifestação a fim de cuidarem das suas próprias reputações. Estes defeitos não põem em causa a utilidade e o interesse da Jornada"

António Barreto
Sociólogo
Público, 05/08/2023



"Vamos analisar [o prolongamento do IVA zero para 2024] em função da inflação, das taxas de juros, das necessidades em cada momento, quais são as medidas mais eficazes"

Fernando Medina
Ministro das Finanças
Público, 25/07/2023



MANUEL FRANÇA

Editor e consultor na área da Natureza

A EXPANSÃO DOS JAVALIS

Em meia dúzia de séculos extinguiram-se diversas espécies de animais selvagens no nosso país como, entre outras: o urso pardo, a cabra do Gerês, o lince e a perdiz cinzenta ou charrela, e alguns rios deixaram de se visitados por salmões, trutas mariscas e esturjões, os tais do caviar. Nesse período, também foram ficando à beira da extinção: a abetarda, os cortiçóis, o corço, o gato-bravo, a lontra, o grifo e algumas espécies de morcegos. No mar: os atuns, botos, baleias e orcas começaram a rarear. Relativamente a todas estas espécies em risco há de convir que, fruto de medidas protecionistas, algumas já estão em lenta recuperação.

Todavia, nas últimas décadas foram acrescentados paulatinamente outros animais à fauna nacional das quais lembro: o muflão, o gamo, o periquito rabilongo, o bico-de-lacre, a rola turca, o faisão assilvestrado, o achigã, a perca-sol, o siluro e, no mar, o tropical dourado - não confundir com a dourada. Mais recentemente, a assassina vespa asiática e o lagostim da Luisiana que curiosamente constitui um belo petisco para o nosso protagonista javali. E, ainda, o camaleão e o saca-rabos, estes animais trazidos há muitíssimos anos pelas invasões árabes do século VIII d.C.

Temos de assumir: todas estas mudanças tiveram na sua génese, quase sempre, a mão humana de forma mais ou menos inconsciente. Há ainda que referir que, entretanto, o lince voltou às nossas serras, fruto de um bem-sucedido

repovoamento, e que uma “prima” da verdadeira cabra do Gerês ou cabra montês – a subespécie *Victorie* – já pula nos penedos de Trás-os-Montes, tendo chegado a salto do país vizinho.

RAZÕES PARA A EXPANSÃO DESCONTROLADA DO JAVALI

Neste momento há uma pergunta que se faz: e o javali? Desde que há registos este mamífero, promíscuo e prolífero, sempre circulou nos nossos campos e nunca enfrentou riscos de extinção. Foi caçado na Idade Média com espadas, lanças e chuços e, mais tarde, com armas de fogo, quando estas surgiram, mas sempre em quantidades quase residuais.

Aparecia, sobretudo, nas serranias da raia beirã, alentejana e trasmontana, não se infiltrando demasiado. A partir dos anos 80, as populações de javardo foram multiplicando-se ao ponto de se terem tornado quase uma praga, ocupando territórios já na periferia urbana como as Serras da

Arrábida, Montejunto e Sintra e localidades já perto do mar, zonas como a Ericeira, Óbidos, Alcochete, Aljezur, Comporta, etc.

Foi esta realidade que induziu a enorme procura da caça-maior no nosso país, um pouco à semelhança do que acontecera com o coelho-bravo até meados do século XX. [Alguém ainda se lembra que nos terrenos do moderno Parque das Nações - antigo Cabo Ruivo - havia muitos coelhos até aos anos 60?]

Sempre existiu nos campos e nunca enfrentou a extinção



As razões desta invasão do javali são de diversa índole e talvez carecessem de um estudo científico sério, ao nível de uma tese de doutoramento. Na minha análise são várias as explicações.

A primeira é a desertificação do interior do país.

Nos anos 60 do século XX, Portugal foi confrontado com um forte fluxo migratório interno e externo e as pequenas aldeias, montes, casais, azenhas, moinhos foram sendo progressivamente abandonadas e desses tempos pouco resta. Algumas décadas mais tarde, a falta de emprego, o encerramento de escolas, centros de saúde, agências bancárias, postos de correio, etc., deram um golpe fatal numa população já de si muito envelhecida. Como consequência, o ordenamento territorial alterou-se e onde há setenta anos havia presença humana, e nalguns casos uma agricultura de subsistência com leiras, hortas, pomares e pequenas vinhas, passou a haver ruínas e mato.

Como se sabe, a ocupação humana foi um poderoso travão à expansão descontrolada do javali, não só pela presença de cães cujo ladrar e cheiros assustavam os javardos, mas também pela sua captura legal ou furtiva, esta última com recurso a armadilhas e, sobretudo, a laços. Nesta fase, a carne de um ou outro javali complementou a dieta das famílias que viviam no interior isoladas e com poucos recursos.

A segunda aponta para grandes mudanças na agricultura.

A lamentável e inconstante reforma agrária do pós-revolução de 1974, acompanhada de ocupações selvagens, conduziu ao abandono muitas herdades anteriormente bem geridas. A esta desgraça seguiu-se outra: a Comissão Europeia começou a pagar para que certos cultivos fossem descontinuados. E, finalmente, a globalização que teve um enorme impacto nas regras do mercado e a exploração de muitos produtos agrícolas deixou de ser economicamente viável.

Daqui resultou que os bosques e os matagais onde os javalis se acoitam cobrissem uma parte significativa do campo. Estas áreas de refúgio foram aumentadas com a plantação intensiva de eucaliptais. Por outro lado, e favorecendo o crescimento populacional, os planos de rega levaram água a quase todo o país rural e permitiram que em locais específicos surgissem extensos

milheirais, amendoais, olivais intensivos e ainda a cultura das batatas-doces, beterrabas e outros hortícolas. Estes recursos têm servido de atracção para os javalis que fazem quilómetros para se alimentar e que até já ousam circular e “lavar” os modernos campos de golfe.

Há também outras causas menores.

A inexistência de predadores dos juvenis: lobos e lincos. O controlo internacional da peste suína africana e o hi-

Os juvenis não têm predadores naturais



bridismo que, pela lei de Mendel, pode reverter alguns porcos cruzados. Esta situação verificou-se no passado, na Madeira. Hoje, os chamados porcos selvagens estão extintos na ilha. A moderna rede rodoviária que esquadrinha o país também deu uma ajuda à rápida expansão dos javalis que se deslocaram de Leste para Oeste, maioritariamente, de noite e pelas bermas das estradas.

COMO CONTROLAR ESTA INVASÃO?

Não são muitas as soluções que permitam controlar os prejuízos e evitar as perigosas colisões rodoviárias. Mesmo assim, atrevo-me a sugerir para certas situações, no campo e nas rodovias, respetivamente:

- Vedações eletrificadas
- Presença permanente de corpulentos cães de guarda
- Recolha atempada dos lixos domésticos
- Passagens subterrâneas sob as vias de muito tráfego
- Sinalização vertical de perigo com o pictograma de javali (e não de cervídeo)
- Monitorização com câmaras de videovigilância

Desertificação e mudanças na agricultura foram um convite à expansão do javali

- Avisos nos painéis de mensagem variável como: Javalis na via (a ... Km)
- Intensificação da atividade cinegética específica que carece de novos regulamentos e de ser desburocratizada
- Promover a gastronomia do javali junto da restauração nacional como uma mais-valia (e evitando que a carne siga para Espanha a preço de saldo).

Mais uma nota: É preciso não esquecer que os javalis são predadores insaciáveis dos ninhos de perdiz, perdigotos, pintos de codorniz, láparos, lebrachos, ratos do campo, toupeiras e até de enguias, o que induz graves desequilíbrios ecológicos.

AgroPro[®]

galp 

Proteção que se sente no terreno

AgroPro é um gasóleo aditivado que foi desenvolvido especificamente para dar resposta às exigências do setor agrícola, de forma a melhorar a performance dos equipamentos e prolongar a vida do motor. Escolha sempre o melhor para as suas máquinas abastecendo com AgroPro, o gasóleo agrícola aditivado Galp.

Agora disponível nos postos de abastecimento

Recomendado pela CAP Agricultores de Portugal

Saiba mais em galp.com





CONTRIBUTO PARA O LIVRO BRANCO DO REGADIO PÚBLICO

O XXIII Governo determinou que o Livro Branco do Regadio Público será apresentado até ao final de 2023. Passamos a divulgar o contributo da Confederação no âmbito da consulta pública.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Resolução da Presidência do Conselho de Ministros n.º 68/2023 (publicada em Diário da República n.º 131, Série I, 07/07/2023) define as orientações e recomendações relativas ao Livro Branco do Regadio Público e à Estratégia para o Regadio 2030.

Entre outras disposições, a Resolução n.º 68/2023 determina a apresentação do Livro Branco do Regadio Público até final de 2023 e a elaboração da Estratégia para o Regadio 2030, até ao final do segundo trimestre de 2024. Neste contexto atribui à Autoridade Nacional do Regadio a responsabilidade de identificar até ao final do ano de 2024, potenciais novas origens de água, designadamente através de novas infraestruturas de armazenamento de água, da utilização de ApR e de centrais dessalinizadas, bem como de apresentar, até ao final do primeiro trimestre de 2024, uma proposta de revisão do quadro legal do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH).

A Autoridade Nacional do Regadio irá também “operacionalizar e robustecer o Conselho Nacional do Regadio”, um pedido recorrente da CAP (plasmado no contributo da Confederação durante a consulta pública, como se verá a seguir) no qual espera que os representantes dos agricultores venham a poder desempenhar um papel ativo em todo o processo.

CONTRIBUTO DA CAP*

Correspondendo ao apelo do Ministério da Agricultura e Alimentação, no sentido da participação e contributo para a construção de uma Estratégia para o Regadio, vimos expressar alguns princípios que, na perspetiva das Organizações de Agricultores, entendemos serem fundamentais para a definição de um Livro Branco, assim como apontar desde já algumas orientações que consideramos deverem ser seguidas relativamente às “Medidas Futuras a escrever no Livro Branco”.

PRINCÍPIOS GERAIS

A finalidade de um Livro Branco é, geralmente, lançar o debate junto dos principais interessados, com o objetivo de obter um consenso político a respeito de questões fundamentais, de modo a definir propostas de ação sobre um determinado assunto.

No entanto, o Livro Branco em apreço não só não vem dar início a um debate construtivo sobre os recursos hídricos em Portugal e a sua relação com a agricultura, como apenas se debruça sobre o regadio e, dentro deste, foca-se apenas no regadio público. Por outras palavras, a iniciativa que foi lançada fica muito aquém daquilo que poderia dar origem a um plano efetivo de investimentos e uma verdadeira estratégia de recursos hídricos para a agricultura.

O potencial de desenvolvimento do regadio de iniciativa pública já foi, aliás, objeto de um levantamento recente, realizado sob a coordenação da EDIA e acerca do qual a CAP (apenas) foi chamada a pronunciar-se no período de consulta pública, tendo nessa ocasião tecido os seus comentários e críticas.

Para além deste levantamento, dispomos hoje de uma profusão de documentos de planeamento na área dos recursos hídricos. Todavia, na prática estes documentos não só não se refletem numa melhor gestão global, como não contribuíram para a alocação de verbas ao nosso dispor para investimentos relacionados com os recursos hídricos nem, sequer, têm servido para promover o uso da água na agricultura junto da opinião pública.

Bem pelo contrário, a ausência de coragem e de estratégia política estão bem patentes, nomeadamente no PRR, sobre o qual a CAP também oportunamente se pronunciou e onde a “recuperação e resiliência” da agricultura foram totalmente desconsideradas, ficando praticamente ausente o investimento em recursos hídricos para a agricultura. Todos sabemos que Portugal tem água, mas que a sua distribuição é muito irregular, quer no “espaço” (em termos genéricos, chove mais a norte, do que a sul) quer no “tempo”, o que se manifesta por episódios climáticos extremos (secas e cheias). Todos sabemos, também, que a agricultura é essencial para o país e que cada vez mais agricultores usam a água de uma forma muito eficiente.

A CAP está disponível para participar em reuniões e grupos de trabalho que proporcionem o envolvimento efetivo dos agricultores, ao invés das reuniões avulsas e com pouco substrato que foram promovidas no âmbito deste Livro Branco para o Regadio Público.

Algumas das questões fundamentais estão identificadas, outras não (v. ponto seguinte) mas o essencial de um Livro Branco, que seria o consenso político e, principalmente a ação que daí poderia resultar, de nada servirão se o Ministério da Agricultura não se dispuser a liderar este assunto e a colocar a agricultura e a água, enquanto recurso, como uma prioridade junto dos seus pares no Governo e perante a sociedade em geral.

MEDIDAS FUTURAS A ESCREVER NO LIVRO BRANCO

Cada uma das sete medidas já identificadas para a construção do Livro Branco do Regadio (Público) justificaria, por si só, que o Ministério da Agricultura promovesse uma reflexão profunda e participada, com os representantes do sector agrícola, para permitir daí retirar resultados concretos e que tenham a anuência dos agricultores:

- 1) Modelo governança (inclui quadro legal RJOAH)
- 2) Disponibilidades hídricas, definição de volume a atribuir por cultura e/ou área
- 3) Reforço armazenamento e novas origens (ApR e des-salinização)

- 4) Estudos para a redelimitação de perímetros de rega, Inclusão Precários
- 5) Sistema tarifário
- 6) Priorização do “Levantamento do Regadio 2030”
- 7) Reforçar a monitorização e fiscalização

A CAP e as Organizações suas associadas têm trabalho feito, têm informação e têm pontos de vista a defender sobre cada uma destas “medidas”. Estamos, portanto, disponíveis e interessados em ser devidamente auscultados sobre cada um destes temas, para que efetivamente se resolvam, em Portugal, os problemas identificados. Para isso, a CAP propõe que seja (novamente) criado o Conselho Nacional do Regadio, para se dedicar não apenas a cada um destes temas mas, também, a diversas outras questões de fundo, que não estão resolvidas e relativamente às quais o Ministério da Agricultura se tem deixado ultrapassar, mas que interferem fortemente com o futuro da agricultura, do regadio e dos territórios rurais. De uma forma não exaustiva, desde já podemos avançar com algumas questões adicionais que consideramos deverem fazer parte da agenda do Ministério da Agricultura e da Alimentação, na medida em que quer a agricultura, quer a alimentação que a agricultura produz são indissociáveis dos recursos hídricos. Por exemplo:

- > Expansão da área de regadio
- > Medidas de adaptação e mitigação de secas e de cheias
- > Compatibilização de diferentes usos e barragens com fins múltiplos
- > Compatibilização entre regadio e conservação da natureza
- > Recarga de aquíferos e interligações
- > Segurança de barragens agrícolas (públicas e privadas)
- > Licenciamento das utilizações dos recursos hídricos
- > Disponibilização de dados e de informação

O Ministério deve chamar para a esfera da agricultura, não só o acompanhamento como, por vezes até, a condução e a decisão sobre medidas de política e de investimento que são de extrema relevância para o sector agrícola. Urge passar das palavras à ação, resolver os problemas da água tendo por base os estudos e trabalhos que têm sido desenvolvidos por diversas entidades, promovendo uma comunicação mais positiva e proactiva do uso sustentável da água pela agricultura e dotando as opções políticas dos meios financeiros necessários para as concretizar. Só com trabalho conjunto e com coragem política, será possível resolver as questões estruturais, fornecer água e gerir eficazmente os recursos hídricos em Portugal.

* O contributo da CAP foi enviado a 30 de junho de 2023.



ESTUDANTES APRESENTAM RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO NO DIA DE CAMPO INOV MILHO

O Centro Nacional de Competências das Culturas do Milho e Sorgo - InovMilho, resultante da parceria da ANPROMIS com o INIAV e Câmara Municipal de Coruche, levou a cabo no dia 7 de julho, na Estação Experimental António Teixeira, mais um dos tradicionais Dias de Campo.

Este ano, o Dia de Campo reuniu cerca de 250 participantes que assistiram à apresentação dos resultados de um ano de trabalho de onze alunos de várias instituições de ensino agrário em Portugal, resultante do protocolo assinado no ano passado.

O InovMilho tem como missão promover o conhecimento e divulgá-lo juntos dos produtores nacionais de milho e sorgo, privilegiando a utilização de técnicas e tecnologias ambientalmente sustentáveis, contribuindo para a competitividade socioeconómica das suas explorações agrícolas. Neste sentido, acompanhados ao longo do ano pelos seus professores e com o apoio técnico do InovMilho, os alunos de licenciatura, mestrado e doutoramento puderam mostrar diversos trabalhos desenvolvidos na Estação Experimental António Teixeira que contribuem para um maior conhecimento destas culturas, muito útil e relevante para o sucesso dos produtores de milho no futuro.

“No ano passado estabelecemos protocolos com 15 instituições de ensino e o resultado desse protocolo está visível este ano nos trabalhos desenvolvidos no InovMilho. Tivemos onze estudantes que fizeram a sua investigação no âmbito desta iniciativa que cumpre uma das grandes funções do InovMilho que é fazer a ligação entre a academia e os produtores”, salientou Jorge Neves, presidente da ANPROMIS - Associação Nacional de Produtores de

Milho e Sorgo, nas palavras que dirigiu aos presentes. Também presente no evento, o presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal, Álvaro Mendonça e Moura, salientou “o exemplo do InovMilho para o país” quando se propõe “transmitir conhecimentos” através da “ligação da investigação aos agricultores”, destacando o número de instituições de ensino superior representadas. O Dia de Campo foi também palco para a apresentação do Akis - Sistema de Conhecimento e Informação Agrícola, apresentado por Custódia Correia, coordenadora da Rede Rural Nacional, e para receber Joana Cruz-Schilling, da Comissão Europeia em Portugal, que divulgou a iniciativa AgriJovem 2023, a ter lugar no dia 13 de outubro no Instituto Superior de Agronomia, com o objectivo de “capacitar os jovens estudantes para enfrentar os desafios deste setor”, explicou.

O evento incluiu ainda a visita aos ensaios de campo e permitiu que empresas convidadas dessem a conhecer as tecnologias ao dispor dos produtores de milho para os ajudar a ultrapassar os desafios do setor, nomeadamente face aos impactos das alterações climáticas. A academia também esteve presente e revelou os estudos que estão a desenvolver no sentido de tornar a cultura mais sustentável do ponto de vista ambiental sem perder competitividade.

FACTORING E CONFIRMING

Adianta sempre vir ao Millennium

Adiante o recebimento
das suas faturas e o
pagamento aos seus
fornecedores.

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas
aqui consigo

FEIRA FOI AFIRMAÇÃO DE VITALIDADE DA AGRICULTURA



O Presidente da República honrou mais uma vez o sector com a sua presença na inauguração da FNA deste ano

Regressada em pleno ao regime presencial, a 59ª Feira Nacional de Agricultura atraiu cerca de 200 mil visitantes, de todos os pontos do país, numa montra da vitalidade e dinâmica da agricultura nacional.

No dia 11 de junho, último dia do certame, a organização fez um balanço muito positivo das presenças na FNA 23, regressada em pleno ao modelo pré-pandemia, nalguns dias com cerca de 35 mil visitantes, e um número global superior a 200 mil entradas ao longo dos nove dias do evento.

A conferência de imprensa que encerrou a Feira salientou alguns pontos marcantes. Em primeiro lugar, destaque para o versátil protagonista que se revelou um sucesso para expositores e visitantes, desde logo acolhendo nos Claustros todas as iniciativas da ANAPO (Associação Nacional do Avicultores Produtores de Ovos) que aí reuniram empresas da fileira - da produção à transformação e distribuição - as quais dinamizaram diversas atividades como ações de *showcooking*, palestras e apresentações de produtos inovadores destinados ao consumidor. Foi também a pretexto do Ovo que a intervenção “Eggcident”, da autoria do artista holandês Henk Hofstra, esteve presente na entrada do CNEMA como forma de sensibilizar os visitantes para a problemática das alterações climáticas. Em segundo lugar, destaque para a apresentação do estudo «A opinião dos portugueses sobre a agricultura nacional» realizado pela Universidade Católica para a

CAP e divulgado durante a visita inaugural do Presidente da República ao certame. Esta sondagem revela que dois terços dos portugueses associam o sector agrícola a progresso, graças à evolução científica e tecnológica, ao investimento dos agricultores e ao suporte da Política Agrícola Comum (ver página 24).

Merece também referência saber que este ano, pela primeira vez, a Feira Nacional de Agricultura foi reconhecida pelo Ministério do Ambiente como um “Evento Sê-Lo Verde 2023”, no âmbito de uma candidatura apresentada para o efeito e que tem como objetivo incentivar a adoção de boas-práticas ambientais, inovadoras e com impacto ambiental, social e económico nos grandes eventos, através do financiamento de práticas ecológicas a adotar nesses mesmos certames.

A FNA voltou a marcar a agenda política nacional, tendo sido inaugurada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e visitada pelos líderes partidários como Luís Montenegro, presidente do PSD, André Ventura, presidente do Chega, Rui Rocha, presidente da Iniciativa Liberal, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP e Nuno Melo, presidente do CDS-PP.

O Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Açores, António Ventura, os membros da Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República, e também Armindo Monteiro, presidente da



Algumas imagens para recordar momentos marcantes da 59ª edição da Feira Nacional de Agricultura

CIP, e Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, foram outras personalidades que passaram por Santarém.

No âmbito do Ciclo “Conversas de Agricultura”, a sustentabilidade e o respeito pelo ambiente estiveram sempre na ordem do dia, em debates de grande valia técnica e bastantes apreciados pelos participantes. Durante os dias úteis realizaram-se 32 ações, tendo a

organização salientado, entre outras, a Conferência Global de Avicultura (7 junho), Aplicação do PEPAC em 2023 (7 junho) e também a 10ª Conferência de Jovens (5 junho) durante a qual foi lançado o 10º Concurso de Jovens Agricultores.

A 60ª FNA decorrerá entre os dias 8 a 16 de junho de 2024.

CAP PRESENTE NA 111ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO



Decorreu em Genebra, entre 5 e 16 de junho, a 111ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com a presença do presidente da Confederação de Agricultores de Portugal, Álvaro Mendonça e Moura, que acompanhou a comitiva governamental da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nos dias 12 e 13 de junho, a CAP voltou a integrar a representação portuguesa nas reuniões do grupo Empregadores, através do Departamento de Formação Profissional, participando também na Comissão Normativa Aprendizagens de Qualidade.

A Comissão Normativa Aprendizagens de Qualidade iniciou os seus trabalhos na última Conferência da Organização Internacional do Trabalho (110ª CIT) em junho de 2022, sob a presidência do português Luís Claudino de Oliveira (Subinspetor-Geral do MTSSS), que recolheu elogios unânimes à sua atuação enquanto moderador deste processo.

Os trabalhos tiveram por base um debate tripartido, promovendo-se o diálogo social, tendo resultado na adoção de uma nova Recomendação da OIT, que se constitui como uma norma internacional relativa às aprendizagens.

A Recomendação Aprendizagens de Qualidade teve uma votação histórica, com 468 votos a favor, 6 abstenções e apenas um voto contra. Esta circunstância veio comprovar que o trabalho da Comissão foi um verdadeiro testemunho do tripartismo, revelador de como o trabalho

conjunto permite chegar a consensos que sejam benéficos para todas as partes.

Assim, a Recomendação Aprendizagens de Qualidade reflete a visão conjunta de trabalhadores, empregadores e governos acerca da importância do trabalho conjunto e construtivo para a promoção de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida e para o incremento da sensibilização e da atratividade das aprendizagens, tanto para empregadores e como para os aprendizes.

Reflete ainda o compromisso de todos estes atores em garantir que os aprendizes vão dispor de oportunidades de aprendizagens de qualidade. Estas irão potenciar a sua empregabilidade e o acesso ao mercado de trabalho em conformidade com a agenda para o Trabalho Digno, e as competências adquiridas vão permitir fomentar a inovação do tecido empresarial.

Graças a esta Recomendação, os diferentes atores: trabalhadores, empregadores e governos, comprometem-se em reconhecer na aprendizagem de qualidade um importante investimento para as gerações futuras. Em reconhecer que devem ser tomadas medidas para garantir a igualdade de oportunidades, a inclusão e diversidade nos processos aprendizagens de qualidade, e que seja garantida uma monitorização e avaliação continua para garantir a melhoria contínua dos processos. Em assumir o documento como um instrumento orientador de adaptação e desenvolvimento de padrões de qualidade a nível regional, nacional e internacional.

A Recomendação Aprendizagens de Qualidade determina um vasto conjunto de pontos-chave, entre os quais destacamos os seguintes:

- **O quadro regulamentar para aprendizagens de qualidade.**

Define que o termo “aprendizagem” deve ser entendido como qualquer modalidade de percurso educativo e formativo regido por um Contrato de aprendizagem profissional que permite a aquisição das competências necessárias para o exercício de uma atividade profissional, através de uma formação estruturada e remunerada ou de outra forma de compensação financeira, que integra uma componente de aprendizagem em contexto de trabalho e outra fora dele, e que conduz a uma qualificação profissional reconhecida;

- **Os parâmetros do contrato de aprendizagem.**

Define claramente os respetivos papéis, direitos e obrigações das partes, devendo ser um contrato escrito celebrado entre o aprendiz e a empresa ou instituição pública;

- **Exigências de igualdade e diversidade em aprendizagens de qualidade.**

Determina-se que os Estados devem tomar medidas, em conformidade com a legislação nacional, para promover a igualdade, diversidade e inclusão social nos sistemas de aprendizagem, com especial atenção

para a situação e as necessidades das pessoas em situações de vulnerabilidade ou pertencentes a grupos desfavorecidos;

- **Promoção de aprendizagens de qualidade.**

Os países devem, em consulta com organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, tomar medidas para criar um ambiente favorável à promoção de aprendizagens profissionais de qualidade, nomeadamente, desenvolver e implementar estratégias, estabelecer objetivos nacionais e atribuir recursos adequados para aprendizagens de qualidade;

- **Cooperação internacional, regional e nacional para aprendizagens de qualidade.**

Os Estados devem tomar medidas para melhorar a cooperação internacional, nacional e regional e trocar informações sobre práticas recomendadas, sobre todos os aspetos da qualidade das aprendizagens, bem como promover o reconhecimento das qualificações adquiridas durante o programa de aprendizagem a nível nacional, regional e internacional.

O desafio de implementar os pressupostos da Recomendação Aprendizagens de Qualidade nos países membros da OIT, como é o caso de Portugal, configura o próximo passo na construção e garantia de um quadro formal de aprendizagem de qualidade ao longo da vida.



GRUPO
VALOURO
www.grupovalouro.pt

UM FUTURO SUSTENTÁVEL

#alimentaçãosaúdavel #inovação #energiaverde #economiacircular

Recycle sempre

AVIBEM Sabe tão bem!
AVIBUR EMPRESA AVICOLA DO CABO, LDA.
CRIZAVES CENTRO DE AGRI-CULTURA, S.A.
distribui
Interaves *o melhor para ti*
Kilom
AVIBEM PARA VIVER
RAÇÕES VALOURO S.A.
SOLARA

BEM-ESTAR ANIMAL CERTIFICAÇÃO WELFARE™



P-BIO APRESENTA MICROHARVEST

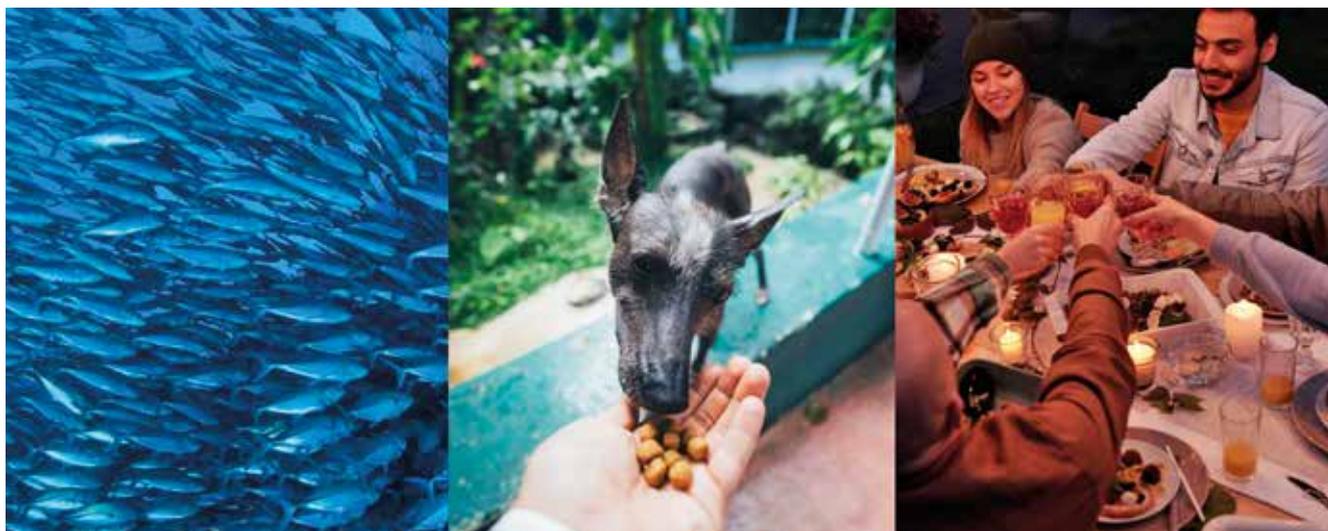
A MicroHarvest foi fundada em 2021 por Katelijne Bekers MSc, Luísa Cruz PhD e Jonathan Roberz MSc, uma equipa com vasta experiência em negócios, biotecnologia e empreendedorismo. A empresa tem o objetivo de construir um sistema alimentar sustentável para o futuro, mas de um modo impactante, ou seja, de forma rápida e que ao mesmo tempo seja impulsionadora de uma adoção em larga escala.

PARCERIA: P-BIO
TEXTO E FOTOS: MICROHARVEST

A MicroHarvest tem o objetivo de promover e fomentar o aparecimento de um sistema alimentar sustentável que, de uma forma rápida, possa ser aplicado em larga escala. O crescimento da nossa população conduzirá inevitavelmente a um aumento da procura de proteína, calculando-se que seja cerca de 50% até 2050. Objetivamente, esta necessidade não poderá ser satisfeita de

uma forma sustentável com as atuais tecnologias de produção.

A pecuária e a agricultura em geral são responsáveis pela emissão de gases de efeito de estufa (GEE), mas esta questão não se resume a estes setores, pelo que a abordagem terá de ser efetuada ao longo de toda a cadeia de valor das proteínas. Isto implica termos de ir muito



além da alimentação humana propriamente dita para que consigamos ter um verdadeiro impacto ao nível das emissões totais.

A questão fundamental que se coloca é: onde é que precisamos de proteínas? Como é que as podemos tornar mais sustentáveis?

É improvável que toda a população na Terra adote uma dieta à base de plantas no espaço de uma década. A carne de aves ou o peixe são fontes sustentáveis se olharmos para os GEE - mas poucos sabem que todos os anos são capturadas mais de 13 milhões de toneladas de peixe para alimentar o peixe que acaba na nossa mesa! Ou seja, podemos melhorar a sustentabilidade da aquacultura utilizando proteínas microbianas alternativas, ao invés de farinha de peixe como até aqui.

Além disso, os ingredientes que produzimos e que podem ser usados, provêm de subprodutos dos sectores agrícola e alimentar, criando-se assim um ciclo com maiores potencialidades aplicando, tão somente, uma lógica de economia circular.

Futuramente também iremos introduzir os nossos ingredientes proteicos nos alimentos para animais de companhia, uma indústria que ainda hoje utiliza em enorme quantidade de ingredientes proteicos de origem animal e que se prevê que cresça a uma taxa anual de 5-6% até 2030.

Portanto, em termos de conclusão, não se trata de substituir a agricultura tradicional, mas de descobrir onde estão os pontos críticos e as oportunidades de os abordar. Devido à dimensão do sector, até pequenos ajustes podem ter um impacto enorme, já que este é, de uma forma simples, sustentabilidade x escala.

É através de biotecnologia que conseguimos libertar a capacidade da natureza para criar proteínas de forma eficiente, através das fábricas mais eficazes do mundo: os microrganismos.

Utilizamos fermentação como método para produzir proteínas de uma forma que definimos como “mais pequena, melhor e mais rápida”. Os microrganismos que

seleccionamos são naturalmente ricos em vitaminas, minerais e micronutrientes, com mais de 60% de proteína bruta (o peito de frango tem 40%). A sua multiplicação é extremamente rápida, o que significa que numa fábrica do tamanho de um campo de futebol, podemos produzir o equivalente proteico de 1350 frangos num dia, uma vez que todo o nosso processo demora menos de 24 horas desde a entrada até à saída.

A nossa tecnologia permite-nos produzir 365 dias por ano, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em qualquer parte do mundo - independentemente do clima e condições meteorológicas. Para além de utilizarmos recursos mínimos, como terra e água, e de reduzirmos significativamente as emissões para produzir proteínas, também utilizamos resíduos agrícolas para alimentar os nossos microrganismos, aumentando a sustentabilidade da nossa abordagem.

Atualmente, a MicroHarvest tem 2 escritórios: Hamburgo e Lisboa, e 25 pessoas na equipa. Continuamos a contratar a ritmo acelerado em ambas as localizações para reforçar as nossas operações e a equipa de I&D.

Estamos a construir a nossa fábrica piloto em Lisboa: esta escolha foi motivada pelo facto de Portugal se ter posicionado nos últimos anos na vanguarda da inovação, empenhando-se em derrubar barreiras tecnológicas.

É um país com abundância de talentos, tanto a nível empresarial como biotecnológico, bem como com uma cultura próspera de start-ups.

Estamos de momento em procedimentos no quadro regulamentar e de certificação, e pretendemos lançar o nosso primeiro produto já no início do próximo ano.



IGNORAR A AGRICULTURA E O MUNDO RURAL É IGNORAR 90% DO TERRITÓRIO NACIONAL

CAP endereçou uma carta aos presidentes dos Grupos Parlamentares para que a Agricultura e o Mundo Rural não fossem esquecidos no Debate do Estado da Nação que se realizou no dia 19 de julho, antes das férias da Assembleia da República.

Aproveitando a última discussão política antes da pausa para férias do Parlamento, a Confederação dos Agricultores de Portugal dirigiu um pedido aos Grupos Parlamentares do PS, PSD, Chega, Iniciativa Liberal e PCP apelando para que a Agricultura e ao Mundo Rural não fossem esquecidas no debate, pois “ignorar esta discussão é ignorar 90% do território nacional”. A CAP considera imperativo que temáticas ligadas à Agricultura e ao Mundo Rural estejam presentes nos debates centrais da política nacional, tanto por razões de forma como por razões de conteúdo.

RAZÕES DE FORMA

É da maior relevância que os políticos não percam de vista que o país não é apenas o litoral e as grandes cidades: 90% do território é rural, não tem merecido atenção, e vai perdendo população e relevância, fruto de políticas públicas que não têm sido capazes de reverter esta ten-

dência de declínio. É neste território onde se praticam atividades agrícolas e de produção animal, onde há floresta, e vivem milhões de portugueses.

A razão pela qual estas pessoas e estes territórios estão desproporcionalmente sub-representados no Parlamento resulta de um desenho do sistema político representativo que privilegia a concentração populacional em detrimento da geografia. Essa é uma discussão que precisa de ser feita – o mundo rural exige-o – e a CAP não deixará de mobilizar essa agenda e de liderar esse debate em momento oportuno, para uma reforma do sistema de representatividade parlamentar.

RAZÕES DE CONTEÚDO

As pessoas que vivem da agricultura, da produção animal ou das atividades ligadas à floresta merecem que os Deputados representem a sua opinião sobre o actual estado do setor, sobre o abandono a que o mundo rural tem sido



votado, sobre as consequências do desmantelamento em curso do Ministério da Agricultura que lhes vai retirando interlocutores em territórios cada vez mais pobres e cada vez mais vazios de serviços públicos e de equipamentos.

Representando 90% do território de Portugal, esta expectativa não abandona a CAP, os seus associados e as centenas de milhares de portugueses que integram o movimento associativo agrícola. Juntos continuam a aguardar que a Agricultura e o Mundo Rural sejam uma referência sólida e um ponto concreto de discussão sempre que o Governo debate o Estado da Nação, e que o Presidente da República reúna o Conselho de Estado (Igual documentação e apelo foram também enviados ao Gabinete da Presidência).

Para enquadrar os menos atentos, apresentamos em seguida cinco temas imprescindíveis da actualidade do nosso sector.

AGRICULTURA PORTUGUESA CINCO TEMAS INCONTORNÁVEIS

► O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC)

Documento que estabelece os apoios para a Agricultura Portuguesa no período 2023-2027, essenciais para o ren-

dimento dos agricultores e promoção de uma agricultura cada vez mais sustentável, aliando a vertente ambiental como potenciadora da vertente produtiva.

O PEPAC em vigor foi elaborado sem uma verdadeira auscultação ao sector, não responde às necessidades existentes e desperdiça a oportunidade de utilizar os mecanismos e os meios financeiros associados a esta Reforma da PAC na promoção de uma agricultura moderna e sustentada. Neste sentido, **o Governo deve ouvir o sector e alterar o PEPAC ainda este ano, por forma a ser redesenhado para libertar o seu potencial gerador de investimento e modernização na agricultura.**

► A campanha do Pedido Único 2023 (PU)

Decorreu entre 1 de março e a meia-noite de 1 de agosto - quarta data anunciada para o seu encerramento, e corresponde à operacionalização do primeiro ano de execução do PEPAC e dificilmente podia ter corrido pior. Fruto de um programa desajustado, de uma legislação muito complexa, tecnicamente deficiente e tardiamente produzida, não assegurou a articulação entre as várias entidades intervenientes do Ministério e demorou a aceitar os múltiplos contributos das organizações que no terreno acompanham os agricultores neste processo. As

TEMA CENTRAL

candidaturas ao PU2023 foram marcadas por dúvidas e atrasos, por vezes mesmo pela incerteza dos próprios responsáveis pela sua execução. Com a necessidade de prorrogar, por mais de uma vez, o período para a realização das candidaturas, o Ministério da Agricultura admitiu “constrangimentos” e a falta de capacidade para dar resposta rápida às deficiências que foram sendo identificadas.

Esta situação exige um balanço rápido e imprescindível e, em conformidade com o disposto no *Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares* assinado no passado dia 27 de março com o Governo, agir em conformidade com as conclusões, reprogramando o PEPAC ainda em 2023, por forma a evitar a contínua penalização dos agricultores em 2024 e anos seguintes. **É imprescindível que o Governo garanta que os sucessivos adiamentos dos prazos não ponham em causa o recebimento atempado e majorado das ajudas devidas aos agricultores em outubro, tal com vai acontecer com os agricultores espanhóis e franceses, nossos concorrentes diretos.**

► A desarticulação que se vive no Ministério

Este problema que abala todo o sector com consequências imprevisíveis nunca foi tão visível e palpável. A passagem da área da Floresta para o Ministério do Ambiente - que ignora a vertente económica e produtiva deste Setor- e a integração das Direções Regionais de Agricultura nas Comissões de Coordenação – da tutela do Ministério da Coesão Territorial - apenas contribuem para agravar a situação. **Esta é uma mudança de política estrutural que exige uma discussão concreta, responsável e séria por parte dos representantes eleitos, presentes na Assembleia da República, sempre que se debate o estado do país.**

► O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020)

Dados apurados em maio revelaram que ainda existem 1.114 milhões de euros por executar no PDR, sendo que 2023 já é o primeiro dos 3 anos de prolongamento que devem servir para fechar o Programa e não para garantir a execução de 19 % do mesmo. Importa assim, e novamente em conformidade com o disposto no *Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares*, assegurar a execução financeira do PDR. **A Confederação está muito preocupada com esta questão e tem insistido na apresentação de diversas ações com vista à promoção de alterações significativas na velocidade de execução do Programa.**

► O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Ignorou completamente a visão estratégica e o pensamento que esteve na sua génese quando reconhecia a agricultura como um sector essencial na recuperação de Portugal e a fatia residual que o programa consagrou

especificamente ao setor reflete, mesmo assim, a opção programática de transformar o PRR num mecanismo de ampliação das disponibilidades financeiras do Estado - quase 40% da Agenda Terra Futura destina-se à renovação de infraestruturas do próprio Ministério da Agricultura.

O papel do PRR na recuperação económica e social do país e na resiliência do território ficará muito aquém dos objetivos que presidiram à sua criação e do impacte desejável e necessário. **Mais um tema imprescindível quando se debate o presente e o futuro de Portugal para que se possa corrigir e alocar verbas aos projectos de resiliência do sector agrícola.**

DESÍGNIO NACIONAL COMBATE À ESCASSEZ DE ÁGUA

A água um recurso estratégico para o desenvolvimento do país. Considerando que os períodos de seca se têm sucedido ano após ano, que num quadro de alterações climáticas serão previsivelmente mais frequentes, intensos e duradouros, abrangendo extensas áreas do nosso território, não é admissível que se assista a cada ano de seca como se fosse o primeiro, nem que não exista qualquer estratégia para garantir uma solução estrutural para este problema, apenas medidas paliativas, de curto prazo. Se a água é muito importante para a agricultura, o combate à escassez de água não pode deixar de ser assumido por toda a sociedade, todos os setores da economia, extensível a todo o território. Deve assim ser assumido pelo Governo e pelo país como um desígnio nacional, que envolva nomeadamente os representantes e agentes da economia real e promova a captação, retenção e gestão sustentável do recurso água.

De igual modo, deve ser adotada uma política consistente e previsível que permita mitigar os efeitos decorrentes da seca, para que o sector agrícola não fique comprometido no futuro. É importante comparar com o que se passa atualmente em Espanha, nosso vizinho e principal concorrente, e perceber a dimensão dos investimentos avultados ali efetuados para aumentar a resiliência do setor agrícola no que diz respeito à questão da água. Uma visão prudente desta matéria aconselharia, aliás, a que o nosso país não pudesse vir um dia a ser acusado pelos nossos vizinhos de não fazer os mínimos indispensáveis a uma correta retenção da água disponível em Portugal. **Que o PRR fosse utilizado para este fim foi uma das propostas da CAP. Não sendo, importa encontrar o(s) financiamento(s) adequado(s) para financiar esta estratégia de combate à escassez de água, imprescindível e já tardia, e fazer face às alterações climáticas em curso.**

*Estes documentos foram entregues a 18 de Julho de 2023.

CADA VEZ MAIS AGROGLOBAL

5 a 7 de Setembro 2023



AGROGLOBAL
nós semeamos

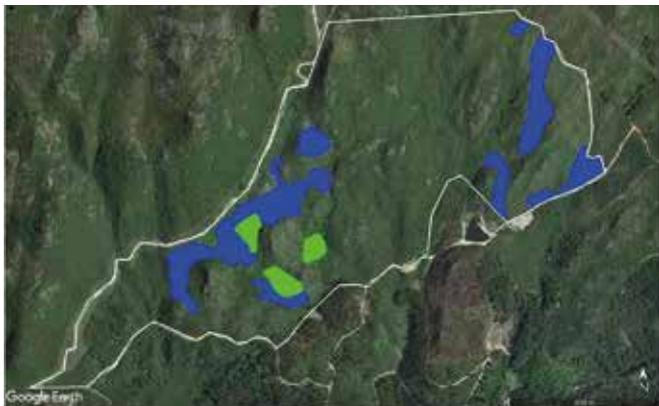
agroglobal.pt

CNEMA
Santarém



APOIAR A NATUREZA

as ações da MONTIS no terreno



Baldio de Carvalhais: a azul as plantações feitas em anos anteriores; a verde as áreas de plantação previstas para 2023



Costa Bacelo: a vermelho núcleos de acácias, a roxo as zonas de



Cerdeirinha: a verde, as áreas de condução da regeneração natural intervencionadas em 2020; a laranja as áreas intervencionadas em 2019; a castanho, as áreas por intervencionar



Vermilhas: localização dos tabuleiros para gaios

Para todas as propriedades que gere, a MONTIS elabora e tenta manter atualizados, Relatórios de Gestão, onde é feito um balanço das atividades e intervenções realizadas em cada propriedade, e Planos de Ação que permitem, tal como o nome indica, planear as atividades de gestão.



PARCERIA: MONTIS

Esses Relatórios de Gestão/Planos de Ação (RGPA) incluem um Enquadramento, onde se descreve a morfologia e os habitats da propriedade e da sua envolvente, uma descrição da Situação existente, onde se explica o que aconteceu em anos anteriores (registando, por exemplo, os efeitos dos fogos que percorreram algumas das propriedades e a evolução da recuperação pós-fogo) e a Situação atual.

Na parte correspondente ao Relatório de Gestão listamos e apresentamos uma descrição das atividades que realizámos (por exemplo o que foi feito em cada ação de voluntariado, e o número de participantes envolvidos) e os resultados obtidos ao longo desse período de gestão. No Plano de Ação referimos, de forma detalhada, o que

prevemos fazer no ano em curso (haverá de chegar a altura em que conseguiremos dizer o que prevemos fazer no ano seguinte!) e os resultados que esperamos obter, bem como os meios humanos e financeiros a que faremos recurso. Tudo isto acompanhado por fotografias e mapas georreferenciados.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO

Os RGPA constituem, dessa forma, os nossos instrumentos para pôr em prática os princípios de gestão da MONTIS, que são:

- uma abordagem direcionada para o reforço dos processos naturais, com o objetivo de potenciar a renaturali-

zação e aumentar a biodiversidade, pretendendo ainda tornar as propriedades geridas mais resilientes às perturbações, nomeadamente ao fogo;

- um modelo de gestão adaptativo, ou seja, uma análise contínua de ações e resultados, adaptando as ações às oportunidades que surgem e aos resultados verificados.

Estes princípios refletem-se nos objetivos centrais da gestão dos vários terrenos e que são (variando o grau de intervenção, as necessidades e/ou as prioridades caso a caso):

- **EM TODAS AS PROPRIEDADES:**
 - > apoiar os processos naturais;
 - > aumentar a resiliência aos riscos naturais;
 - > garantir as condições para o uso público;
 - > ações de suporte.
- **CONSOANTE AS PROPRIEDADES:**
 - > controlar as espécies invasoras;
 - > valorizar o medronhal;
 - > reconverter eucaliptais;
 - > valorizar/ recuperar linhas de água.

APOIAR OS PROCESSOS NATURAIS:

Objetivo principal: aumento da biodiversidade global do terreno.

- Melhoria das condições para a recuperação da vegetação:
 - > condução da regeneração natural de espécies arbóreas autóctones;
 - > reduzir a competição em indivíduos selecionados.
- Promoção de bosquetes mistos:
 - > aproveitamento da regeneração natural em locais com alta densidade;
 - > atender à escassez de propágulos através de sementeira ou plantação.
- Aumento da diversidade da vegetação:
 - > aumento da diversidade do banco de sementes;
 - > apoiar a dispersão natural de sementes de espécies nativas.

- Melhoria das condições para a fauna:
 - > criação de pequenos charcos e/ou lagos, melhorando as condições de refúgio para anfíbios;
 - > plantação de espécies arbóreas e arbustivas com baga, melhorando o perfil da disponibilidade alimentar para aves ao longo do ano.
- Gestão de processos erosivos:
 - > construção de barreiras de engenharia natural para retenção de solos e criação de zonas de acumulação de sedimentos.

AUMENTAR A RESILIÊNCIA AOS RISCOS NATURAIS

- Aumentar a resiliência ao fogo
 - > reduzir ou compartimentar áreas de mato;
 - > podas de formação e criação de descontinuidade vertical de combustíveis;
 - > avaliar a eficácia dos vários métodos de gestão e comparar os resultados obtidos.
- Gestão da paisagem em mosaico:
 - > regenerar as áreas que foram sujeitas a fogo controlado, contribuindo para uma maior heterogeneidade da paisagem;
 - > sementeiras/plantações, tirando proveito das melhores condições de solo criadas pelos fogos controlados.

GARANTIR AS CONDIÇÕES PARA O USO PÚBLICO

- Criação e manutenção dos acessos às propriedades e no seu interior:
 - > garantir o atravessamento ou chegada aos locais de intervenção;
 - > permitir a visitação de pontos de interesse: garantir a circulação de pessoas a pé, *joelettes* e bicicletas.
- Aproveitamento e valorização de pontos de interesse:
 - > equacionar a criação de Estações de Biodiversidade;
 - > criação de zonas de miradouro;
 - > criação de zonas de bivaque (acampamento temporário).

 consulai

Na natureza
do seu negócio

consulai.com



Projetos de Investimento



Projetos de Inovação



Gestão Industrial



Planeamento Estratégico



Gestão de Informação



Estudos Setoriais



Gestão da Sustentabilidade



Comunicação e Disseminação



Lisboa +351 213 629 553
Beja | Fundão | São Miguel
E consulai@consulai.com



GESTÃO E CONSERVAÇÃO



Limpezas em volta de amieiros como protecção para o fogo controlado



Controlo de acácias



Carvalhos e sobreiros à espera de serem plantados



Construção de paliçadas para retenção de solos

AÇÕES DE SUPORTE

- Produção de informação
 - > registo de observações de fauna e flora nas propriedades, com recurso a voluntários e especialistas, disponibilizando a informação em plataformas colaborativas abertas (*iNaturalist*).

AÇÕES ESPECÍFICAS CONSOANTE AS PROPRIEDADES

- Controlar as espécies invasoras
 - > identificar e mapear os povoamentos de espécies invasoras no interior das propriedades e áreas adjacentes;
 - > aplicar as várias técnicas de controlo de espécies invasoras recomendadas para cada espécie e situação específica (como por exemplo arranque, corte ou descasque), incluindo-se ações de seguimento.
- Reconverter as áreas de eucaliptal:
 - > corte raso dos eucaliptos, sem retirar cepos, e gerindo a rebentação que resulta do corte até esgotar a energia acumulada na toija e raízes;
 - > ações de retenção de solos, aumentando o capital natural e melhorando as condições de evolução da vegetação natural;
 - > condução da regeneração natural para acelerar o processo de recuperação;

- > sementeiras de espécies autóctones e plantações localizadas.

- Valorizar o medronhal
 - > avaliar possibilidades de valorizar/ rentabilizar o medronhal existente.

- Valorizar/ recuperar linhas de água
 - > ações de desassoreamento;
 - > intervenções baseadas em engenharia natural, incluindo estabilização de margens;
 - > apoio à recuperação das galerias ripícolas: controlo de silvas e sementeiras/ plantações de espécies ribeirinhas.

Podem ver os RGPA elaborados pela MONTIS em <https://montisacn.com/areas-geridas/> (clicar em cada propriedade). Se tiverem questões, dúvidas ou sugestões contactem-nos.

CONTACTOS:

EMAIL: montisacn@gmail.com

<https://montisacn.com/>

<https://montisacn.blogspot.com>

<https://www.linkedin.com/company/montisacn/>



Cofinanciado pela
União Europeia

MELHOR DE PORTUGAL 2023

VOLTA A CONQUISTAR O CORAÇÃO DE BRUXELAS



Nos dias 17 e 18 de junho teve lugar no Parc du Cinquantenaire, a 9ª edição d'O Melhor de Portugal, a iniciativa de promoção de produtos agroalimentares portugueses que a CAP realiza anualmente no centro de Bruxelas, e que este ano teve mais de 40 mil visitantes.

Dezenas de produtores nacionais deslocaram-se ao coração da capital europeia para apresentar os seus produtos e oferecer aos convidados o melhor de Portugal, acompanhados por um espectáculo musical que garantiu animação ao longo de todo o fim-de-semana. “Com mais de 60 expositores do agroalimentar esta edição do Melhor de Portugal foi a maior que a CAP já realizou e para o ano vamos tentar fazer melhor” declarou o presidente da CAP, Álvaro Mendonça e Moura, nesta primeira presença no Parc du Cinquantenaire desde que está à frente dos destinos da Confederação.

‘Cidade Europeia do Vinho 2023’, a Comunidade Inter municipal do Douro foi a entidade convidada da 9ª edição, representada por 16 produtores que levaram a Bruxelas uma mostra de vinhos da região, “porque o Douro não é apenas vinho do Porto. Aqui estão maioritariamente pequenos produtores que queremos ajudar a entrar no mercado do Benelux, onde existe uma grande comunidade portuguesa”, disse o presidente da CIM Douro, Carlos Silva Santiago.

Também o concelho de Santarém voltou este ano a Bruxelas para oferecer a qualidade dos seus produtos agroalimentares. Nuno Russo, vereador com o Pelouro do Apoio ao Desenvolvimento Agrícola do concelho confessa a “vontade de dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no apoio à divulgação e promoção dos produtos locais de qualidade que são produzidos em Santarém, e também em resposta às solicitações das empresas de Santarém de quererem voltar a estar presentes nesta Feira Internacional. Este ano foi ainda melhor que no ano transato, pela maior afluência de visitantes, com maiores e melhores negócios de venda”. No próximo ano, o município voltará a estar presente pois será Cidade do Vinho 2024, juntamente com Almeirim, Alpiarça e Cartaxo.

Este ano marcaram também presença no evento 10 restaurantes portugueses da cidade, numa mostra de qualidade e diversidade da gastronomia nacional.

A CAP não esqueceu a diáspora portuguesa e cedeu espaço e visibilidade à Câmara de Comércio Belgo-Portuguesa, à delegação da Caixa Geral de Depósitos em Bruxelas, a livraria Petite-Portugaise assim como as ONG's Afectos com Letras e Femmes D'Europe.

A 10ª edição já está marcada para 22 e 23 de Junho de 2024.



Pedro Serra apresentou este trabalho em março na Fundação Calouste Gulbenkian

PLANO NACIONAL DE REGADIOS AS REGIÕES EDAFO-CLIMÁTICAS (CONCLUSÃO)*

ZONAS HOMOGÉNEAS 3 E 4: LITORAL NORTE E CENTRO, E INTERIOR NORTE E CENTRO

O roteiro do Plano Nacional de Regadios (PNR) define quatro regiões distintas, denominadas Zonas Homogéneas (ZH), de acordo com as suas características edafo-climáticas, solos, culturas praticadas, acessibilidade e abundância dos recursos hídricos e tipo de propriedade: Algarve e Sudoeste alentejano (ZH1); Alentejo (ZH2); Litoral Norte e Centro (ZH3) e Interior Norte e Centro (ZH4). Estas regiões têm necessidades distintas no que toca aos investimentos necessários ao seu desenvolvimento, nomeadamente no caso do regadio.

Depois de termos analisado as Zonas 1 e 2 na última Revista do Agricultor (edição nº 286 – maio/junho 2023) dedicamos as próximas páginas às Zonas Homogéneas 3 e 4, situadas no Litoral e no Interior Norte e Centro do

país, perspetivando os projetos de agricultura de regadio que, na opinião da CAP, merecem e justificam a atenção dos poderes públicos.

Conclui-se assim a apresentação do estudo «A Água e a Agricultura», elaborado para a CAP pelo consultor de engenharia e gestão, Pedro Serra.

ZONA HOMOGÉNEA 3 LITORAL NORTE E CENTRO

Esta zona caracteriza-se por se desenvolver na faixa litoral que vai da península de Setúbal até ao Minho e seus terrenos aluvionares, e por beneficiar de recursos hídricos superficiais relativamente abundantes, com origem no maciço montanhoso da Serra da Estrela e nas



UM PROCESSO EM DESENVOLVIMENTO

Não será por falta de projectos ou por falta de ambição que não iremos assistir a um **desenvolvimento acelerado da rega** entre nós.

E também **não será por falta de colaboração dos empresários agrícolas e dos agricultores em geral!**

Assim as autoridades nacionais acompanhem o ritmo dos agricultores e das suas organizações.

manifestações da Cordilheira Cantábrica que delimitam o território nacional a Norte, onde incluímos a serra da Peneda-Gerês, e recursos em solos com boas condições para a prática do regadio, abrangendo ainda a Orla Mesocenozóica Ocidental (região de Aveiro) e a Bacia Terciária do Tejo e do Sado, com os seus abundantes recursos hídricos subterrâneos.

As bacias dos rios Minho e Lima integram a Região Hidrográfica 1 (RH1) para efeitos de planeamento hidráulico. A bacia do rio Minho dispõe de recursos hídricos abundantes. O rio Minho, ele próprio, entra no seu troço internacional já relativamente próximo do seu estuário e chega caudaloso, pois drena a Cordilheira Cantábrica, o polo pluviométrico mais importante da Europa.

A parte portuguesa da bacia situa-se toda ela na sua margem esquerda (ME) uma vez que o rio nunca chega a entrar em Portugal. Os recursos hídricos do rio e dos seus afluentes são utilizados para a rega dos terrenos marginais. De entre os seus afluentes nesta margem, em Portugal destacam-se os rios Mouro e Coura, quando se caminha para jusante. Para o Mouro está prevista há muito tempo a construção de uma barragem com fins de abastecimento de água às populações (Melgaço, Monção e Valença) e fins hidroagrícolas, destinada a permitir a rega de cerca de 600 hectares.

No inquérito de 2004/2005, a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) identificava nesta bacia 96 regadios tradicionais com um total de 3.704 hectares de área regada e cerca de 6.750 beneficiários (cerca de 0,6 hectares/beneficiário, o que nos dá uma ideia da dimensão social do regadio nesta região).

Quanto à bacia hidrográfica do rio Lima, os seus recursos hídricos são também abundantes e nela beneficiamos do facto de estar construído e em exploração (pela EDP) um importante aproveitamento hidroelétrico (AHE), o Alto

Lindoso, logo à entrada do rio no nosso país, a jusante da confluência do Castro Laboreiro com o Lima. Alguns quilómetros a jusante do Alto Lindoso está, ainda, construído e em exploração, o AHE do Touvedo que tem, entre outros, o objetivo de proceder à desmodulação semanal dos caudais turbinados naquele outro aproveitamento. Entre ambos realizam uma regularização interanual dos caudais deste rio da qual pode beneficiar a agricultura de regadio que ali se pratica. Está há muito tempo prevista a rega de cerca de 7.500 hectares de bons solos agrícolas nas margens do rio Lima, a jusante de Ponte de Lima, e nos campos marginais dos rios Anho e Âncora, para o que seriam construídos açudes nestes rios. Desta área, cerca de 6.000 hectares nas margens do Lima e do Anho seriam regados com as águas do primeiro destes rios, regularizadas numa albufeira a criar a montante de Ponte de Lima, que serviria também de origem de água para o abastecimento às populações, e cerca de 1.500 hectares seriam regados nas margens do Âncora e na orla costeira entre Afife e Viana do Castelo, com as águas deste rio regularizadas por uma albufeira a construir a montante de Freixieiro de Soutelo (barragem de Grovas).

No inquérito de 2004/2005, a DGADR identificava nesta bacia 223 regadios tradicionais, com um total de cerca de 6.900 hectares de área regada e cerca de 10.100 beneficiários, o que nos dá uma ideia da importância que o regadio tem na região.

Ao todo, entre as bacias do Minho e do Lima (RH1) estão identificados pela DGADR cerca de 14.300 hectares de regadio, dos quais cerca de 60% por recurso às águas subterrâneas, o que se tem de considerar como muito importante atendendo às características edafo-climáticas da região.

Quanto ao rio Cávado, está intensamente explorado numa perspetiva hidroelétrica, com barragens construídas

no seu curso principal e ainda nos rios Rabagão, seu afluente na ME, e Homem, afluente na MD. Na bacia há já uma área regada não desprezível, cerca de 2.000 hectares de pequenos sistemas de rega com uma forte componente social. Os recursos hídricos desta bacia são muito importantes e também aqui se observou a expansão da rega tradicional por iniciativa dos proprietários dos campos marginais. Em 2005 seriam 208 os regadios tradicionais e a sua área total regada seria da ordem dos 4.900 hectares e os beneficiários 6.400.

Os rios Ave e Leça têm as suas bacias hidrográficas entaladas entre as bacias dos rios Cávado e Douro, muito densamente ocupadas, seja pela atividade agrícola, seja pela indústria, com destaque para o têxtil, águas termais e indústria extrativa (granito e outras rochas). A agricultura aqui praticada beneficia dos recursos hídricos abundantes e de uma rede hidrográfica densa que permite o desenvolvimento de uma agricultura de regadio tradicional. Em 2005 seriam 118 os regadios tradicionais e a sua área total regada seria da ordem dos 3.100 hectares e os beneficiários 2.030.

Estas bacias integram, para efeitos de gestão hidráulica, a Região Hidrográfica 2 (RH2) e, segundo a informação disponível, haverá cerca de 45.000 hectares de regadio, dos quais apenas 650 hectares de regadio público (Sabariz-Cabanelas, na MD do Cávado em Vila Verde) e os restantes são particulares, sendo que 60% da água de rega provém da exploração dos aquíferos da região. Dizem os entendidos que uma das razões do sucesso industrial do têxtil na região se deve, em larga medida, ao regadio tradicional a que os habitantes locais continuam a recorrer como complemento do rendimento familiar. Na região minhota temos, então, uma área total regada em pequenos regadios tradicionais da ordem dos 18.600 hectares e cerca de 25.300 beneficiários (a que haverá que adicionar os regadios individuais, que também são importantes uma vez que o acesso às águas é relativamente fácil, seja pela densidade da rede hidrográfica, seja pelo facto de o nível freático estar muito próximo da superfície). É fácil reconhecer a importância económica e social do regadio na região.

As bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis integram a chamada Região Hidrográfica (RH4) e confinam a Norte com a bacia do rio Douro e a Sul com as ribeiras do Oeste e com a bacia do rio Tejo (RH5). Destacam-se nesta região dois aproveitamentos hidroagrícolas de referência na comunidade hidráulica, por razões que têm a ver com a sua natureza (rega, mas também enxugo dos terrenos e proteção contra inundações) e ambição que presidiu à sua conceção e implementação, pese embora as limitações de que ainda sofrem: o Aproveitamento Hidroagrícola (AHA) do Baixo Mondego e o AHA do Lis, o primeiro da década de 1970, (embora reclamado pela população há muitos anos - e estudado desde pelo menos o reinado de D. Manuel, o chamado “encanamento do Mondego” que visava a proteção dos terrenos marginais contra as recorrentes inundações) e o segundo, também ele muito reclamado (desde o reinado de D. Carlos) com idêntico propósito e

que foi iniciado ainda na década de 1940.

O AHA do Lis destaca-se no panorama nacional a vários títulos: por ser um dos primeiros a ser concebido e realizado, pela sua conceção arrojada à época; pelo facto de ter sido constituída a respetiva Associação de Beneficiários em 1947, o que faz dela uma das mais antigas, se não a mais antiga do nosso país; e pelo facto de ser a rede de rega alimentada a partir de 26 açudes, espalhados pela bacia do rio Lis e não a partir de uma albufeira (fazendo prova, se necessário for, de que a rega não exige necessariamente a construção de grandes barragens). A área regada é de 2.145 hectares e são na ordem de 3.500 os beneficiários. Estes números colocam desde logo em evidência a estrutura fundiária e a importância social deste aproveitamento hidroagrícola.

O AHA do Baixo Mondego tem uma origem semelhante: a necessidade da drenagem dos terrenos marginais e proteção contra inundações no vale deste rio, a jusante de Penacova, incluindo a Baixa da cidade de Coimbra. E também vêm de longe os estudos e projetos para o encanamento do rio Mondego, contra cujo protelamento protestava já em 1790 o Padre Estêvão Cabral (o protelamento de importantes obras hidráulicas entre nós não é, portanto, nada de novo!). A área que estava prevista para ser beneficiada no vale do Mondego entre Coimbra e a Figueira da Foz é de 15.000 hectares, e a área a beneficiar nos chamados campos de Cantanhede ao Vouga, de 35.000 hectares.

A par das obras destinadas ao regadio estiveram sempre as obras de proteção contra inundações e as destinadas à drenagem dos terrenos marginais, sendo que para a proteção contra as inundações, para além da barragem da Aguieira, AHE cuja exploração está condicionada à defesa contra cheias graças a uma reserva de capacidade na albufeira durante a época húmida com esse fito, foram também construídos diques marginais, sendo que o da margem direita (MD) leva também o canal condutor geral da água para rega e para a indústria, esta próxima da foz. O AHA do Baixo Mondego teve uma realização parcial que incidiu sobretudo sobre os terrenos da MD do rio. Ao todo estão neste momento realizadas as Infraestruturas de rega que permitem servir cerca de 6.800 hectares do total projetado, com um conjunto de cerca de 1590 beneficiários. Para a 2ª fase que se reclama (Resolução da Assembleia da República n.º 123/2013) caberia equipar os blocos de Quada e Lares, Pranto, Foja, Arunca, Ega e Anca/S. Fagundes, no total mais cerca de 5.500 hectares e 3.700 beneficiários.

A obra do AHA do Baixo Mondego é também ela um bom exemplo de um aproveitamento de fins múltiplos existente entre nós, pois para além da rega realiza também a produção de energia hidroelétrica, a proteção contra inundações e a adução de água para o abastecimento público e para a indústria.

Se as obras do AHA do Baixo Mondego tiveram uma realização, embora incompleta, os campos de Cantanhede ao Vouga não viram os seus trabalhos iniciar-se sequer. E uma área de 35.000 hectares não é pouca coisa, num território onde a agricultura continua a ser praticada

UM OLHAR ATENTO PARA O FUTURO

Zona Homogénea 3 – Litoral Norte e Centro

Longa tradição de regadio e de inovação!

- **Lezíria** – protecção contra cheias, drenagem e depois rega!
- **Liz** – não depende de nenhuma origem de água superficial em albufeira, tão só 26 açudes
- **Mondego** – rega de inundação (arroz), regularização fluvial, protecção contra cheias, Aguieira de fins múltiplos *avant la lettre!*
- **Baixo Vouga lagunar** – drenagem!
- **Oeste** – recurso às águas subterrâneas, especialização
- Regadio familiar em toda a faixa litoral, de **Aveiro até ao Minho**



Há muito a fazer nesta região!

24 4/4/2023 Confederação de Agricultores de Portugal | FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

intensamente, a par da pecuária, e a reduzida dimensão da propriedade agrícola reflete a sua natureza de atividade de grande relevância social. Recentemente (2015) o aproveitamento do Baixo Vouga Lagunar foi posto em marcha com investimentos relativamente contidos, investimentos esses que permitirão beneficiar esta parcela do território e as respetivas populações rurais (4.600 hectares e cerca de 2.800 proprietários, de entre cerca de 12.260 hectares identificados), retirando-as do relativo abandono a que estão votadas. Trata-se de combater a salinização dos solos, derivada das deficientes condições de drenagem, e sua proteção contra as marés e contra as cheias do Vouga. Estima-se que a simples instalação de uma estrutura verde de sebes arbóreas-arbustivas trará imediatamente benefícios palpáveis para a valorização agrícola deste território.

Mas estes não são os únicos AHA que estão para realizar nesta região hidrográfica, cabendo ainda referir os seguintes que se encontram em diversos estádios de avaliação e realização:

- **Ribeira de Frágua e Mortágua** – na bacia do Mondego, com uma área de regadio projetada para cerca de 500 hectares e outros tantos beneficiários, que recorrerá à água represada nas albufeiras das barragens de Macieira e do Lapão (esta última a carecer de reabilitação);
- **Amieiras** – na bacia do Vouga, 200 hectares e 360 beneficiários, sendo que terá sido inviabilizado por motivos ambientais (carecia da construção de uma barragem que servisse de origem de água);
- **Luso, Vacariça e Mealhada** – na bacia do Águeda, afluente do Vouga à entrada da ria de Aveiro, 110 hectares para 480 beneficiários, cuja relevância social fica assim evidente. Carece da construção de uma barragem e foi já objeto de um estudo prévio.

As bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis representam uma das parcelas do território nacional onde estão instalados pequenos regadios tradicionais em maior número, cujas infraestruturas, algumas com mais de cento e cinquenta anos de existência, carecem de reabilitação e modernização. A água destinada à rega é captada sobretudo a partir das linhas de água e de açudes aí instalados. Se não considerarmos os AHA públicos estaremos a falar de cerca de 46.000 hectares dedicados ao regadio, o que nos dá uma imagem do que é a importância económica e social desta atividade para a região e para o país, nomeadamente no combate à desertificação do território. Essa importância, e a necessidade de adaptação destes regadios ao impacto esperado das alterações climáticas, promovendo um uso mais eficiente dos recursos através da impermeabilização dos canais de adução e da adoção de métodos de rega mais eficientes justificam, desde logo, que lhes seja dada grande atenção.

As bacias das ribeiras do Oeste (rio Alcobaça, Arnoia, Tornada, Alcabrichel, Sizandro, S. Domingos, os mais importantes), tal como uma parte significativa da bacia do rio Tejo (desde a confluência do Ocreza com o Tejo, ou seja, toda a Lezíria e a maior parte da bacia do Sorraia), fazem também parte desta Zona Homogénea.

A exploração agrícola dos terrenos das bacias das ribeiras do Oeste é já hoje muito intensa e, em grande medida, feita com base nas águas subterrâneas destas bacias que assentam sobre os aquíferos cársicos e outras formações porosas da Orla Mesocenozóica já referida. Ao todo estarão hoje a ser regados cerca de 20.000 hectares na região. Destes, de iniciativa pública encontramos o AHA de Cela, na bacia do rio Alcoa, que data de 1939, com os seus 450 hectares servidos com as águas deste rio captadas em 2 açudes, e está por realizar o aproveitamento das águas da

Embora a isso não se refiram os termos da consulta lançada pela DGADR para a região do Tejo e Oeste, esta é uma região para a qual pode e deve ser pensado um modelo de negócio e de gestão semelhante ao que está implementado para o EFMA com a EDIA. O projeto deve ser pensado numa perspetiva de fins múltiplos (rega, hidroeletricidade, abastecimento às populações, regularização fluvial, turismo e eventualmente navegação), pode beneficiar do facto de em finais de 2022 se ter concluído o prazo do contrato de concessão do AHE do Cabril, no Médio Zêzere (nas cabeceiras da cascata de AHE deste rio), cujos recursos hídricos, segundo foi recentemente anunciado, vão passar a ser explorados numa perspetiva de fins múltiplos, e pode ainda beneficiar dos caudais do Tejo regularizados na albufeira da barragem de Alvito, a construir no rio Ocreza, afluente do Tejo na sua MD à entrada do Ribatejo que faz parte desta Zona Homogénea, como origem de água, com o que se poderiam libertar parcialmente os aquíferos da Bacia Sedimentar do Tejo e do Sado da exploração muito intensa que hoje ali se observa.

O projeto Tejo prevê a rega dos chamados terraços do Tejo (na sua MD, que fazem a transição da bacia do Tejo para as das ribeiras do Oeste), que sempre estiveram associados a todos os planos de desenvolvimento hidráulico desta região.

Um projeto desta envergadura e complexidade, destinado a servir tantos objetivos (e não falamos aqui da drenagem, que nestes terrenos tem grande importância, da proteção contra as inundações, que são sempre uma ameaça presente, nem da navegabilidade que as populações reclamam) carece de uma liderança forte e dotada de autonomia, capaz de conciliar interesses nem sempre convergentes, de gerir conflitos e de fazer uma gestão inteligente das muitas centenas de milhões de euros de investimento que o projeto requer – mas que terão uma rentabilidade assegurada se observarmos aquilo que já hoje acontece na região. Uma EDITO (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Tejo e Oeste) para a qual existem na região os parceiros empresariais, públicos e privados necessários (a EPAL e as empresas Águas do Tejo Atlântico e Águas do Vale do Tejo, do Grupo Águas de Portugal e com elas os municípios que servem e que são simultaneamente seus acionistas, a Águas do Ribatejo, a EDP, a Companhia das Lezírias, as associações de regantes, como as da Lezíria e do Vale do Sorraia, as organizações agrícolas da região, etc.) seria uma solução a ponderar tendo em conta os resultados muito positivos alcançados com a EDIA e o EFMA no Alentejo.

ZONA HOMOGÉNEA 4 INTERIOR NORTE E CENTRO

Esta é uma região extensa, que abarca as bacias do Douro (excetuada a sua faixa litoral), as cabeceiras dos rios Vouga e Mondego e as bacias dos afluentes da MD do Tejo em Portugal, entre o Erges e o Ocreza. Ou seja, uma das regiões que, a par de regiões que beneficiam de recursos relativamente abundantes, abarca alguns dos territórios mais áridos e com maiores problemas

de abandono da terra que temos no nosso país. A consciência desta situação levou as autoridades a dedicarem atenção ao desenvolvimento da agricultura de regadio nesta região desde os anos 1930, com o desenvolvimento do regadio da Veiga de Chaves, da Idanha, do Vale da Vilarça, de Macedo de Cavaleiros, para referir apenas os mais importantes.

A região da bacia do rio Douro em Portugal é de tal dimensão que nela podemos identificar várias fácies climáticas: as cabeceiras dos seus afluentes na MD (Sousa, Sabor, Tua, Tâmega) que drenam a vertente Sul da cordilheira Cantábrica (o polo pluviométrico mais importante da Europa) e o vale do rio Douro com um clima continental de invernos chuviosos e verões quentes e secos próprio para as culturas mediterrâneas da vinha, do olival, do amendoal, e as terras quentes do Nordeste Transmontano, dos vales dos rios Sabor e Côa, com um clima mais árido, menores volumes de precipitação, maior irregularidade desta, temperaturas mais elevadas e grande deficiência de água no Verão, onde a agricultura depende em grande medida do regadio. Não pode por isso estranhar-se que seja nestes últimos que vamos encontrar vários perímetros de rega de iniciativa pública, muitos deles previstos para serem desenvolvidos em várias fases, mas que passadas em alguns casos várias décadas da construção de parte das suas infraestruturas, nomeadamente de captação e regularização de caudais (as que maiores investimentos requerem e maiores impactos ambientais têm, sublinhe-se) continuam por completar.

Macedo de Cavaleiros é um dos mais importantes aproveitamentos hidroagrícolas na bacia do Douro português, projetado para servir cerca de 5.300 hectares com as águas da bacia do rio Sabor represadas na albufeira do Azibo. Construída a barragem na década de 1980, foi equipada apenas cerca de metade desta área (blocos de Macedo, Cortiços e Salselas) e estarão a ser regados apenas 2.000 hectares. A importância social e económica deste aproveitamento não carece de ser sublinhada: 70% dos beneficiários regam menos de 1 hectare e a maior parte têm mais de 50 anos de idade, a fazer fé nos números mais recentes. A população vem reclamando, sem sucesso, que sejam também equipados os blocos de Limãos, Castro-Roupal e Morais-Lagoa, num total de cerca de 2.300 hectares. A albufeira do Azibo, com as suas margens, é hoje pouco mais do que uma praia fluvial, cujo custo terá de se considerar exorbitante.

Esta é uma das regiões onde o Estado mais apostou na agricultura de regadio, para ir ao encontro das reclamações da população. Ao todo são cerca de 10.000 hectares de regadio público em exploração neste momento, de entre um total de cerca de 69.300 hectares que são regados, onde se destacam, para além de Macedo de Cavaleiros, o Vale da Vilarça (2.100 hectares abastecidos a partir de 4 albufeiras) e a Veiga de Chaves (1.880 hectares). A área total de regadio nesta bacia é da ordem dos 69.300 hectares, dos quais cerca de 38% a partir de águas superficiais.

UM OLHAR ATENTO PARA O FUTURO

Zona Homogénea 4 – Interior Norte e Centro

É o interior em vias de desertificação.

E é o berço da nossa legislação sobre águas!

Código de Seabra, águas particulares (1867), regadios tradicionais do Vouga!

Foi aqui lançado um dos seus projectos sociais mais precoces e mais importantes: o **AHA da Idanha (1935)**.

É neste AHA que melhor se evidencia o potencial da iniciativa privada para a promoção e a valorização da rega.

Cova da Beira, Veiga de Chaves, Vale da Vilarça, o regadio no interior do país, por excelência Macedo de Cavaleiros, regadio imperfeito.

Também nesta região há muita coisa a fazer!

25

4/4/2023

Confederação de Agricultores de Portugal | FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Também em Trás-os-Montes, mais precisamente em Mirandela, encontramos aquele que foi um dos projetos emblemáticos da agricultura nacional, o empreendimento do Complexo Agroindustrial do Cachão, surgido em 1963 da iniciativa de empresários agrícolas daquela região, com destaque para o engenheiro Camilo de Mendonça. Mais uma vez estamos perante iniciativas que devem ser apoiadas e replicadas com as devidas adaptações a outras parcelas do território, em linha com o que já vem sendo feito pela EDIA, colocando em parceria a agricultura, a pecuária, a agroindústria e a agropecuária, a produção regional e a valorização dessa produção (olivicultura, vinicultura, queijaria, panificação, lanifícios, etc.).

Quanto à parte da MD do Tejo que o PNR inclui nesta Zona Homogénea, temos o AHA da Idanha, que tem como origem de água a barragem da Idanha, iniciado na década de 1930, e o AHA da Cova da Beira (12.500 hectares) cujos blocos de rega ainda se encontram em desenvolvimento. O Recenseamento Agrícola 2019 identifica na região da Beira Interior, que integra as bacias referidas e ainda a bacia do Coa, afluente da ME do Douro, cerca de 37.000 hectares de regadio.

O AHA da Idanha é em certa medida o paradigma do que talvez devessem ser as políticas públicas para o regadio em Portugal. Iniciado na década de 1930 com fins eminentemente sociais, visando a fixação das populações e o apoio ao desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do nosso país, teve um sucesso muito limitado naquela ocasião. Os agricultores beneficiários não

dominavam as técnicas de rega, os solos incluídos no perímetro de rega (gravítica) eram pobres e foram praticamente destruídos, a ponto de, no final da década de 1980, praticamente apenas se regarem os terrenos marginais ao canal de adução que, por se situarem a cotas acima das do canal, não haviam sido incluídos no perímetro de rega, sendo que a cultura dominante era aí o tabaco, coisa que nunca havia sido sequer imaginada no projeto original. Hoje este é um caso de evolução positiva entre os regadios nacionais, sendo que, de iniciativa dos agricultores (melhor diríamos, dos empresários agrícolas ali instalados) entre as culturas regadas está neste momento o amendoal, com muitos empresários ali instalados, nomeadamente estrangeiros, a fazerem aquilo que não podem fazer na sua terra por falta dos necessários recursos em solo e água.

***N. do E:** A apresentação deste estudo integrou a Conferência «Água e Agricultura – O contributo da CAP» realizada em 31 de março de 2023 na Fundação Calouste Gulbenkian.



Nós somos Ampligo.

A CONFIANÇA
que a sua cultura agradece,
no controlo da lagarta
e traça do Tomate.

 **Ampligo**®

syngenta®

Utilize os produtos fitofarmacêuticos de forma segura.
Leia sempre o rótulo e a informação relativa antes de o utilizar.

Syngenta Crop Protection Lda. Av. D. João II - Torre Fernão Magalhães, N.º 43 - Piso 11 Parque das Nações, 1990-084 LISBOA
Telf.: 217 943 200 • Fax.: 217 943 230 • www.syngenta.pt contacto.portugal@syngenta.com • N.º Azul: 808 200 010
© 2017 Syngenta. Todos os direitos reservados.™ ou ® são marcas comerciais de uma companhia do Grupo Syngenta.

®



Linear de queijos num dos supermercados Mercadona

MERCADONA E LACTILOURO PARCERIA DE SUCESSO NA INDÚSTRIA DE QUEIJO NACIONAL

COLABORAÇÃO: MERCADONA

A Mercadona, que conta atualmente com 43 lojas em Portugal distribuídas por 10 distritos, comprou em 2022, a 1.000 fornecedores nacionais, cerca de 789 milhões de euros. Estes números refletem um crescimento de 264% quando comparados com 2019, ano de abertura da primeira loja em território nacional.

Dentro da indústria de queijos, a empresa conta já com cerca de duas dezenas de fornecedores nacionais aos quais comprou mais de dois milhões de quilos de queijo, só em 2022. Um exemplo de sucesso desta aposta nos fornecedores nacionais é a colaboração entre a Mercadona e a Lactilouro/Lourofood que teve início em 2019. Ao longo destes quatro anos, a parceria tem resultado em crescimento, para ambas as partes, colocando no mercado produtos que vão ao encontro do que os “Chefes” (clientes) procuram.

“É muito importante para nós, enquanto empresa, contar com fornecedores experientes e que têm, também eles, um modelo de negócio que aporte valor a todos os elos da cadeia agroalimentar. Depois de quatro anos em Portugal contamos já com um grupo de fornecedores especialistas, isto é, que produzam produtos com altos padrões de qualidade e competitividade, cumprindo com todos os valores de sustentabilidade. Além disso, o facto de estarmos, anos após ano, a aumentar o nosso volume de compras é, acima de tudo, um reconhecimento ao que de melhor se produz em Portugal, como é o caso dos queijos, permitindo também a sua venda além-fronteiras” refere, **Tito Cunha, Diretor de Compras de Queijos da Mercadona Portugal.**”



Com altos padrões de exigência, a Mercadona procura ter, nos seus fornecedores, parceiros de negócio com os quais possa estabelecer, desde o princípio, relações de longo prazo, estáveis e de confiança. Foi desta forma que surgiu também a oportunidade de internacionalização das duas empresas do grupo: Lactilouro e Lourofood que têm, com esta parceria com a Mercadona, alguns dos seus produtos à venda nas mais de 1.600 lojas cadeia em Espanha.



Rogério Lourenço, gerente da Lactilouro, refere que *“trabalhar com a Mercadona é um motivo de orgulho e grande responsabilidade. Trata-se de uma cadeia líder em Espanha, com um mercado que é, mais ou menos, cinco vezes maior do que o nosso... O facto de termos sido escolhidos, e a Mercadona deixou bem patente que fez uma pesquisa e conhece todas as queijarias portuguesas, é importante, não só para nós, como para toda a equipa. Estamos todos bem cientes da oportunidade e da enorme responsabilidade que nós temos ao fazermos parte, também, deste grande sucesso que está a ocorrer com os produtos da Mercadona.”*

A Lactilouro/Lourofood começou a sua atividade ligada à produção de leite, passando mais tarde para a produção de queijos e desenvolvimento de novos produtos. Hoje tem uma grande parte dedicada à transformação, corte e embalagem de queijo, com tecnologia avançada, para diversos clientes, como é o caso da Mercadona. Diariamente saem várias toneladas de queijos da fábrica diretamente para as prateleiras dos supermercados Mercadona, desde o Queijo Flamengo dos Açores fatiado, passando pelo Queijo Emmental e, mais recentemente, o Queijo Flamengo Fatias suave, vendido em exclusivo nas lojas da zona centro-sul.



“Somos filhos de agricultores e a nossa infância e juventude foi passada em torno de tudo o que estava ligado à atividade agropecuária, mais concretamente a produção de leite. Eu e o meu irmão sempre acalentámos o sonho de vir a trabalhar juntos um dia até que, numa fase mais adulta, decidimos criar valor acrescentado a partir do leite da nossa exploração e começámos a produzir queijo”, refere **Rogério Lourenço.**

Com raízes na localidade de Louro, na cidade de Famalicão, a Lactilouro/Lourofood conta já com 20 anos de experiência e tem como compromisso o fabrico de produtos autênticos e de qualidade, começando no leite, matéria-prima essencial, que é comprado localmente sendo, portanto, orgulhosamente de origem portuguesa, valorizando assim a economia local.

Assim o confirma também **Rui Sousa, Presidente da LEI-CAR/ Leite do Campo,** que fornece diariamente a Lactilouro/Lourofood: *“as parcerias industriais locais e nacionais têm sido absolutamente importantes, na medida em que a cooperação entre si tem permitido alargar o espetro das vantagens competitivas que possuem, viabilizando uma participação mais empenhada nas cadeias de valor. O setor de leite representa quase 10% do volume da agricultura nacional e com um aumento de aproximadamente 20% acima do crescimento médio do sector agrícola. É no norte do país que tem maior proeminência, com aproximadamente 40% da produção nacional e em quase 60% da produção de Portugal continental, onde tem tido um papel muito relevante quer na coesão territorial, quer no seu modelo económico e social.”*



Rogério Lourenço acrescenta o seu ponto de vista: *“o país, e nomeadamente esta região, estarão tão melhores, quanto melhor for o nível de vida das pessoas que cá habitam. Será, por outro lado, também um fator de sucesso para a Mercadona quanto melhor for o poder de compra e acesso aos produtos das pessoas nas regiões em que está inserida. E se depois, obviamente, forem comprados produtos localmente, neste caso, o leite, para depois se criar valor acrescentado produzindo queijo, estamos a cativar pessoas, pois precisamos delas para produzir e, consequentemente poderemos pagar melhores salários. Isto cria um efeito galvanizador de economia circular que se pretende que seja pojante e sadia, e estou seguro de que interessa a todo o país.”*

A Mercadona continua em expansão e prevê terminar o ano com 49 supermercados em Portugal, número que reflete a aposta da empresa no território nacional e na relação de confiança e compromisso que mantém com os seus fornecedores.

A Lactilouro/Lourofood, com cerca de 200 trabalhadores, tem vindo a ganhar terreno em território nacional através de empresas como a Mercadona, investindo nas suas instalações e em impulsionar negócios através da inovação, estando focada em valorizar o território e as suas gentes.



BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

CHARCAS E PEQUENAS BARRAGENS [Nº7]

FOTOS: LPN - LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA

DEFINIÇÃO

As charcas ou pequenas barragens de aterro são massas de água parada ou de corrente muito reduzida, de carácter permanente ou temporário, de tamanho superior a uma poça e inferior a um lago. Têm baixa profundidade, penetração total da luz na água, com possibilidade de ocorrência de plantas em toda a sua área e ausência de formação de ondas.

VANTAGENS

- ▶ Algumas das espécies que se encontram nas charcas e pequenas barragens, como os anfíbios e as libélulas, alimentam-se de insetos e ajudam a controlar
- ▶ pragas agrícolas ou insetos vetores de doenças;
- ▶ Estas Zonas Húmidas são importantes locais de refúgio, alimentação e abeberamento para a fauna, incluindo para os morcegos que se alimentam de insetos e ajudam no controlo de pragas agrícolas;
- ▶ As charcas e as pequenas barragens reduzem o efeito das cheias, aumentam a humidade no solo em períodos secos, purificam a água e contribuem para a recarga de aquíferos subterrâneos;
- ▶ São reservas de água doce e podem servir para abeberamento de animais selvagens e para o abastecimento de bebedouros para a pecuária.



COMO GERIR E MANTER PARA PROMOVER A BIODIVERSIDADE EM CHARCAS E PEQUENAS BARRAGENS:

- ▶ A construção de charcas e pequenas barragens requer autorização pelas entidades competentes, nomeadamente a Agência Portuguesa de Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (zonas Rede Natura 2000) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional quando aplicável;
- ▶ Para que estas zonas húmidas artificiais promovam a biodiversidade, deve garantir-se que pelo menos uma das margens tenha um declive suave sem uma inclinação acentuada (o mais plana possível), permitindo assim o acesso da fauna, e assegurar que pelo menos 20% da margem não tem vegetação densa;
- ▶ Quando as margens das charcas forem muito íngremes (ou no caso de tanques) deverão ser construídas escadas, rampas ou outras estruturas que permitam aos animais que inadvertidamente caíam possam sair, evitando que se afoguem;
- ▶ Nas charcas com revestimento para impermeabilização as margens deverão ter terra, pedras e vegetação, sempre que possível;
- ▶ Manter uma “ilha” de terra que não fica submersa na zona mais central da charca ou barragem, permitindo o desenvolvimento de vegetação neste local, que irá funcionar como local de refúgio e reprodução da fauna;
- ▶ Para manter a boa qualidade da água, o abeberamento do gado (sobretudo do gado bovino) deve ser efetuado com bebedouros apropriados fora da área de inundação;
- ▶ Caso seja necessária a colocação de uma vedação para condicionar o acesso do gado à área inundada, esta deve ter passagens apropriadas para a fauna e colocada entre 10 a 25 metros após o limite máximo de inundação;
- ▶ Para que mantenham água no período mais seco, é conveniente efetuar uma limpeza de sedimentos para evitar a sua colmatção (em média, uma limpeza em cada 7 anos, consoante a dimensão e bacia hidrográfica);
- ▶ Não deverão ser introduzidos animais nem plantas, sobretudo espécies exóticas. Com tempo estes locais serão naturalmente colonizados por plantas e animais nativos.

EM CHARCOS DE PEQUENAS DIMENSÕES:

- ▶ Consoante a dimensão do charco a construir e a textura do solo poder-se-á optar por escavar o terreno manualmente ou com recurso a uma escavadora;

- ▶ A dimensão ideal para um charco será de 4 m² a 40 m², devendo idealmente manter água durante 4 meses;
- ▶ A profundidade máxima será de 1 metro e as margens deverão ter inclinação muito suave (entre 5% a 10%). Se o terreno tiver uma toalha freática à superfície durante o inverno ou se a estrutura do solo permitir uma fácil compactação não são necessários materiais de impermeabilização. Caso seja necessário deve-se impermeabilizar a área com recurso a 1 manta geotêxtil, seguida da colocação e 1 tela de PVC (ou outro material impermeável e resistente);
- ▶ Colocar pedras para construir refúgios e se possível (dependendo da dimensão do charco) construir pequenas “ilhas” que não devem ficar submersas;
- ▶ Em redor do charco também se podem colocar aglomerados de pedras ou lenha para funcionarem como refúgio para a fauna;
- ▶ A colonização das plantas e animais deverá ocorrer de forma natural, devendo evitar-se a plantação e/ou transplante para evitar situações de propagação indevida das espécies invasoras aquáticas. Caso se queira fazer a plantação deve-se usar apenas plantas autóctones de viveiros certificados com origem local.

BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Divulgação do «Projecto boas práticas agrícolas para a biodiversidade no contexto das alterações climáticas», resulta da parceria entre as seguintes entidades:

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
ADVID – Cluster da Vinha e do Vinho e **COLAB VINES & WINES**
GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
LPN – Liga para a Protecção da Natureza
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

TEMAS JÁ PUBLICADOS:

N.º 1 – Enrelvamento (edição n.º 281 Julho/Agosto 22)
N.º 2 – Sebe Viva ou Multifuncional (edição n.º 282, Setembro/Outubro 22).
N.º 3 – Muros de Pedra (edição n.º 283, Novembro/Dezembro 22)
N.º 4 – Galerias Ripícolas (edição n.º 284, Janeiro/Fevereiro 23)
N.º 5 – Galerias Ripícolas (edição n.º 285/2023)
N.º 6 – Charcos temporários (RA n.º 286/2023)

PRÓXIMA EDIÇÃO:

Aglomerados de pedra e lenha



Paul de Manique do Intendente. Foto de Helder Costa

TRÊS SÍTIOS SECRETOS PARA VER AVES NA REGIÃO DE LISBOA

COLABORAÇÃO: SPEA

TEXTO: DOMINGOS LEITÃO | SPEA



Quando se passa anos a observar aves em determinada região, vão-se descobrindo sítios “secretos”: locais que poucos conhecem ou que surpreendem pelas oportunidades de observação que proporcionam. Domingos Leitão, diretor executivo da SPEA e um dos autores do «GUIA Onde observar aves na região de Lisboa», partilha três dos seus sítios secretos em redor da capital.

PAUL DE MANIQUE

Este é um segredo surpreendente: um paul praticamente dentro de uma vila. Localizada junto a Manique do Intendente, esta zona húmida foi negligenciada durante muito tempo, mas um grupo de cidadãos conseguiu demonstrar junto da autarquia da Azambuja a importância natural do espaço e o seu valor educacional e de lazer. Como resultado, a câmara municipal desenvolveu um projeto de requalificação que dotou o espaço dos trilhos, passadiços e observatório de aves de que hoje podemos desfrutar.

O paul estende-se a norte e sul da ribeira do Judeu: duas zonas distintas separadas por um grupo de choupos onde pode ver e escutar facilmente o papa-figos (*Oriolus oriolus*), uma espécie rara na região.

A zona norte alberga durante todo o ano uma grande diversidade de aves aquáticas que podem ser avistadas a partir do observatório. Deste ponto privilegiado poderá observar camião-comum (*Porphyrio porphyrio*), garçote (*Ixobrychus minutus*), papa-ratos (*Ardeola ralloides*), garça-vermelha (*Ardea purpurea*), garça-branca-grande (*Ardea alba*) e águia-sapeira (ou tartaranhão-ruivo-dos-pauis, *Circus aeruginosus*), bem como espécies mais abundantes como o pato-colhereiro (*Spatula clypeata*), o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus dominicus*), o abibe (*Vanellus vanellus*) e o guarda-rios (*Alcedo atthis*). Já uma visita à zona sul do paul irá certamente revelar a presença do peneireiro-cinzento (*Elanus caeruleus*), da águia-calçada (*Aquila pennata*) ou do abelharuco (*Merops apiaster*).



Paul de Manique: Papa Figos. Foto de José Luís Barros



Alcochete. Foto de Francisco Morais

CANHÃO DA OTA

Este desfiladeiro apertado e rochoso resulta do encaixe do curso do rio Ota no maciço calcário que deu origem à serra com o mesmo nome. Classificado como Monumento Natural de interesse regional, este é um local bastante favorável para aves de rapina diurnas e noturnas, e para aves florestais e rupícolas (associadas a escarpas rochosas). Uma visita a meio da manhã (quando se começam a formar correntes térmicas ascendentes), fazendo o trajeto com início na aldeia da Ota e parando nos promontórios sobre o desfiladeiro, permitirá a observação de espécies como a águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), a águia-calçada, o gavião (*Accipiter nisus*), o milhafre-preto (*Milvus migrans*), a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) ou o peneireiro (*Falco tinnunculus*). Com um pouco de sorte, poderá avistar o discreto açor (*Accipiter gentilis*) ou o corvo (*Corvus corax*), que é um predador e necrófago raro na região.

Uma visita noturna constituirá uma boa oportunidade para escutar os impressionantes chamamentos do bufo-real (*Bubo bubo*) e da coruja-do-mato (*Strix aluco*) e, eventualmente, de outras aves noturnas como o noitibó-cinzento (*Caprimulgus europaeus*).

Mas nem só de aves de rapina vive o canhão da Ota. Durante a primavera o céu está sempre cheio de bandos de abelharucos, andorinhões-pálidos (*Apus pallidus*), andorinhões-pretos (*Apus apus*), andorinhas-dos-beirais (*Delichon urbicum*), andorinhas-dáuricas (*Cecropis daurica*), andorinhas-das-chaminés (*Hirundo rustica*) e andorinhas-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*). Também a diversidade de aves florestais é enorme, particularmente na vertente sul do canhão, onde o coberto arbóreo é mais diverso. O percurso pedestre que parte do parque de merendas e segue pela floresta permite observar o pombo-torcaz (*Columba palumbus*), a rola-brava (*Streptopelia turtur*), o peto-real (*Picus viridis*), o pica-pau-malhado

Tomar conta do seu risco é da nossa natureza



Soluções à medida



Seguro de colheita



Cobertura de preço

A Atlas é uma MGA especializada no sector agrícola que desenha e entrega soluções adequadas às reais necessidades dos agricultores, no âmbito da gestão de risco da sua actividade.

Trabalhamos em parceria com Sompso International.
Saiba mais em www.atlasmga.com

Av. 5 de Outubro - 85, 1º - Lisboa
info@atlasmga.com - + 351 213 186 217


Atlas
AGRO INSURANCE MGA



Alcochete. Foto de Francisco Morais

(*Dendrocopos major*), o chapim-carvoeiro (*Periparus ater*), o chapim-de-poupa (*Lophophanes cristatus*), a felosinha-ibérica (*Phylloscopus ibericus*), o chapim-rabilongo (*Aegithalos caudatus*), a toutinegra-do-mato (*Curruca undata*), a trepadeira-do-sul (*Certhia brachydactyla*), a trepadeira-azul (*Sitta europaea*), a estrelinha-real (*Regulus ignicapilla*), o tentilhão-comum (*Fringilla coelebs*) ou a escrevedeira-de-garganta-preta (*Emberiza cirulus*).

Preste ainda atenção às zonas rochosas naturais e às pedreiras, onde podem ser observados o rabirruivo-comum (*Phoenicurus ochruros*) e o belíssimo melro-azul (*Monticola solitarius*).

PASSEIO MARÍTIMO DE ALCOCHETE

Nesta vila às portas do Tejo, nem é preciso sair da matriz urbana para ver centenas de aves. O passeio marítimo de Alcochete constitui uma excelente forma de ter acesso às aves do estuário a partir da parte antiga da vila. Na maré vazia, de qualquer ponto do passeio poderá observar centenas de limícolas em alimentação, entre as quais o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), a tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*), o borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*), o borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), o maçarico-galego (*Numenius phaeopus*), o maçarico-real (*Numenius arquata*), o fuselo (*Limosa lapponica*), o milherango (ou maçarico-de-bico-direito, *Limosa limosa*), a rola-do-mar (*Arenaria interpres*), o pilrito-de-peito-preto (*Calidris alpina*), o maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*), o perna-verde-comum (*Tringa nebularia*) e o perna-vermelha-comum (*Tringa tetanus*). A partir do antigo cais do vapor, que entra mais dentro das extensas áreas de vasa do estuário, é possível ver espécies como o flamingo-comum (*Phoenicopterus roseus*), o colhereiro (*Platalea leucorodia*) ou o corvo-marinho (*Phalacrocorax carbo*).

Para além da vila, toda a frente ribeirinha do concelho de Alcochete é excelente para a observação de aves, com parte a constituir o limite da Reserva Natural do Estuário do Tejo enquanto outra parte está incluída na Zona de Proteção Especial do mesmo estuário.

Particularmente interessantes são as Salinas do Samouco: o maior complexo de salinas do estuário do Tejo, com mais de 400ha de reservatórios, tanques e canais. Este paraíso para as aves aquáticas, em particular limícolas, encontra-se totalmente protegido e dedicado à conservação da Natureza, como compensação pela construção da Ponte Vasco da Gama em 1998. A entrada é paga mas a visita vale a pena, dando acesso ao centro de visitantes, vários trilhos e observatórios de aves, e uma salina-museu. Imediatamente antes da entrada nas Salinas do Samouco, fica a salina do Brito: um local onde é um espetáculo assistir à subida de maré, quando milhares de aves passam por cima da nossa cabeça e procuram refúgio nos tanques.

Outro ponto estratégico para descobrir as aves do estuário é o parque de merendas das Hortas. A partir desse ponto, podem-se observar as lamas durante a baixa-mar, e até onde os binóculos alcançarem veem-se milhares de tadornas (*Tadorna tadorna*), patos-colhereiros, piadeiras (*Anas penelope*), arrábios (*Anas acuta*), patos-reais (*Anas platyrhynchos*), marrequinhas (*Anas crecca*), flamingos-comuns, alfaiates, tarambolas-cinzentas, milherangos e pernas-vermelhas-comuns.

Mais perto da margem podem ver-se limícolas mais pequenas, bem como garajaus-grandes (*Hydroprogne caspia*) e garajaus-de-bico-preto (ou garajau-comum, *Thalasseus sandvicensis*). De quando em vez, todas estas aves levantam voo, assustadas por uma águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), uma águia-sapeira ou um falcão-peregrino (*Falco peregrinus*).

No seu próximo passeio na zona de Lisboa, aproveite para explorar um destes sítios secretos. Garantimos que não se irá arrepender.



Artigo adaptado do livro «Guia Onde Observar Aves na Região de Lisboa» da autoria de Domingos Leitão e Hélder Costa. Pode ser adquirido na loja da SPEA: www.spea.pt/loja



INICIATIVA AGRIJOVEM 2023

A 13 de outubro, o Instituto Superior de Agronomia receberá os 40 jovens selecionados para a AgriJovem 2023, um encontro que promove a reflexão sobre as oportunidades profissionais na agricultura

O AgriJovem 2023 é uma iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, dirigida a jovens estudantes com aspirações a desenvolverem atividade profissional no setor agrícola em Portugal.

A Comissão Europeia, com a colaboração da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGAR) - Rede Rural Nacional e o apoio do Instituto Superior de Agronomia (ISA), vai convidar um grupo de 40 estudantes do ensino superior em Portugal a refletir sobre várias políticas europeias que têm um impacto direto na atividade agrícola no território nacional e europeu.

A ter lugar em Lisboa no próximo dia 13 de outubro, o AgriJovem propõe conversas e sessões práticas com vários protagonistas da política agrícola nacional e europeia, da academia, agricultores com experiência do setor e jovens agricultores em início de atividade. A partilha de experiências permitirá aos participantes enriquecer o seu percurso académico e profissional, de uma forma mais consciente e informada sobre os desafios e oportunidades do setor.

O programa procurará promover uma melhor compreensão e sensibilidade para as políticas europeias, em particular para a razão de ser da Política Agrícola Comum (PAC) e da Estratégia “do Prado ao Prato”, do Pacto Ecológico Europeu.

Desde solos saudáveis, bem-estar animal, novas técnicas genómicas e sistemas alimentares sustentáveis, ao conhecimento, inovação e novas tecnologias, passando pela competitividade e competências, os futuros profissionais do sector agrícola terão oportunidade de abordar todos estas temáticas durante o encontro.

MAIS INFORMAÇÃO:

Página dedicada à Iniciativa AgriJovem 2023
Acompanhe com o #AgriJovem2023 nas contas das redes sociais da Representação da Comissão Europeia em Portugal – Instagram, Twitter, Facebook

GRUPO FERTIBERIA FORNECE ADUBO VERDE IMPACT ZERO



O Grupo Fertiberia, empresa da qual a portuguesa ADP faz parte, forneceu à Marks & Spencer (M&S) fertilizantes verdes Impact Zero, com o objetivo de reduzir a pegada de carbono das 27 explorações leiteiras que a cadeia britânica possui em Inglaterra e no País de Gales. A distribuição no Reino Unido destas soluções de nutrição vegetal, as primeiras no mundo a serem produzidas com hidrogénio verde, será assegurada pela Bartholomews Agrifood, que irá garantir que as explorações da M&S sejam pioneiras a adotar esta tecnologia a partir da primavera de 2024.

A linha Impact Zero da Fertiberia marca uma nova etapa na produção de soluções de nutrição vegetal sem emissões, fabricadas com a tecnologia mais inovadora, a maior

eficiência ambiental e de forma totalmente sustentável graças à substituição do gás natural por fontes de energia renováveis, que garantem o abastecimento independente e evitam a dependência externa. A gama Impact Zero que a M&S irá utilizar (Nergetic da Fertiberia TECH) melhora a eficiência da utilização do azoto em 22% em relação aos fertilizantes convencionais, o que leva à diminuição da quantidade de produto utilizado, bem como das perdas por lixiviação. Além disso, o seu verdadeiro valor diferencial vem da forma única como é fabricado, uma vez que utiliza hidrogénio verde em vez de gás natural, o que leva à redução de até três toneladas de emissões de CO2 por tonelada de amoníaco.

GREENVOLT PROMOVE ENERGIA RENOVÁVEL DO GRUPO FHC



O Grupo Greenvolt vai instalar cinco Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) nas instalações do Grupo FHC, referência do setor farmacêutico em Portugal, presente em toda a cadeia de valor do medicamento, desde I&D até à distribuição internacional, com posição consolidada em mercados estratégicos. Num projeto que envolve três das várias unidades que tem em Portugal, a Greenvolt Next irá implementar painéis solares com uma capacidade de produção global que ascende a 3 MW. O Grupo FHC tem vindo a reduzir o seu consumo de energia, alcançando uma poupança de 13% através da adoção de sistemas mais eficientes em todas as suas localizações. Reforçará assim essa aposta com cinco UPAC distribuídas pela FHC | Farmacêutica, a Basi Laboratórios e a Empifarma, compostas por um total de 5.489 módulos.

GRUPO ALTRI NO RFM SOMNII 2023



O Grupo Altri repetiu a presença no maior festival de praia de Portugal e um dos maiores da Europa, o RFM SOMNII, como parceiro de sustentabilidade da edição de 2023 do Maior Sunset de Sempre naquela que é uma das mais belas praias da costa portuguesa, a Praia do Relógio, na Figueira da Foz. O RFM SOMNII realiza-se em pleno areal e com acesso ao mar, numa simbiose única com a natureza. O Grupo Altri abrirá aí uma “porta para o futuro”:

onde as melhores práticas ambientais garantem o cuidado do Planeta, e onde os novos talentos podem fazer parte de uma indústria de vanguarda.

A sustentabilidade assume extrema importância na estratégia do Grupo Altri. Por isso foram definidos, em 2020, os principais objetivos a alcançar no âmbito do seu desenvolvimento sustentável, estabelecidos no Compromisso 2030.

Essas metas, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, passam, entre outros, pela redução da emissão de gases com efeito de estufa, do uso de água e da utilização de energia exclusivamente obtida a partir de fontes renováveis nas suas operações.

PLANO NESCAFÉ 2030 REVELA PARA PRÁTICAS AGRÍCOLAS REGENERATIVAS



A Nescafé publicou o seu primeiro Relatório de Progresso integrado no Nescafé Plan 2030, um programa projetado pela Nestlé para incentivar a agricultura regenerativa, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e melhorar os meios de subsistência dos agricultores produtores de café. Os resultados do mais recente Relatório revelam que os agricultores estão a adotar, gradualmente, práticas agrícolas regenerativas e a melhorar os rendimentos agrícolas. Os resultados baseiam-se numa avaliação de impacto conduzida pela Nescafé em parceria com a Rainforest Alliance, entre 2018 e 2022, a mais de 7 mil produtores de café em 14 países de onde a Nescafé obtém o seu café.

As práticas recentemente adotadas incluem a cultura intercalar, a cobertura vegetal e a gestão integrada de ervas daninhas. Em 2022, as formações de agricultores sobre práticas agrícolas regenerativas, integradas no Nescafé Plan 2030, chegaram a mais de 100 mil agricultores, em 14 países. Além disso, 1,4 milhões de árvores foram plantadas dentro e ao redor dos terrenos onde o café da Nescafé é plantado, proporcionando áreas de sombra para evitar a exposição excessiva do café ao sol, e representando ainda fontes adicionais de receita para os agricultores.

GRUPO CAC RECEBE CERTIFICAÇÃO EM BEM-ESTAR ANIMAL WELFAIR™



O Grupo CAC – Companhia Avícola do Centro recebeu a certificação em Bem-estar Animal WELFAIR™ para as explorações de Bio, Ar Livre e solo atribuída pela AENOR Portugal. Baseada nos referenciais Welfare Quality y Awin®, a certificação em Bem-estar Animal WELFAIR™ pela AENOR especifica os requisitos que as explorações devem cumprir em matéria de Bem-estar Animal. Ao contrário de outros esquemas de bem-estar animal, as au-

ditorias baseiam-se na observação direta do próprio animal, mediante a avaliação de quatro princípios: Boa alimentação, Bom Alojamento, Boa Saúde e Comportamento Adequado.

Dentro destes princípios, identificam-se 12 critérios de bem-estar animal diferentes, mas complementares entre si e que o Grupo CAC cumpriu. As explorações de Bio, Ar Livre e solo do Grupo CAC passaram por um processo minucioso de avaliação, onde foram verificados diversos critérios relacionados ao bem-estar das galinhas. Esta certificação autentica assim os requisitos estabelecidos no Welfare Quality e AWIN®, assegurando uma auditoria exaustiva em todas as fases de produção e a máxima informação e transparência ao consumidor.

MAPFRE PORTUGAL REDUZ PEGADA DE CARBONO

A MAPFRE celebrou a conquista de superar todos os objetivos estabelecidos para reduzir o impacto da sua atividade no ecossistema e promover a sustentabilidade. A seguradora conseguiu diminuir a sua pegada de carbono global em 26% em relação a 2019, representando 22 pontos e meio acima do desafio marcado para 2022 (3,5%). Esta redução deve-se ao esforço realizado pelo Grupo para continuar a avançar em direção à descarbonização da economia, não apenas através do investimento e da assinatura, mas também com medidas para diminuir a pegada das suas operações diretas. Entre elas, destaca-se a restrição de combustíveis fósseis e eletricidade, a utilização de fontes de energia renovável, como a solar, a substituição da sua frota de veículos convencionais por híbridos ou elétricos e a redução das viagens de negócios e os deslocamentos dos seus funcionários até aos locais de trabalho.

Os resultados refletem o compromisso da MAPFRE com a sustentabilidade e a luta contra a mudança climática, com objetivos públicos como reduzir em 50% a pegada de carbono operacional do Grupo até 2030 (relativamente a 2019) e tornar-se uma empresa neutra em todos os países até 2030, desafios que representam conhecer a sua pegada atual e identificar estratégias de curto, médio e longo prazo para reduzi-la e compensar a parte que não pode ser excluída. Em 2022, o Grupo comprou 65% da eletricidade com certificados de garantias de origem 100% renovável, graças aos contratos de compra de eletricidade verde atualmente em vigor em países como Espanha, Alemanha e Paraguai (100%), Portugal (99%), Brasil (70%) e Itália (50%), o que significa que todos eles fazem maior uso de energias limpas e que exigem menor queima de combustíveis fósseis na gestão dessa eletricidade. A esse respeito, é importante destacar que a empresa se comprometeu a que 100% do consumo elétrico até 2030 provenha de energias limpas.

VITACRESS LANÇA SALADAS REFEIÇÃO



A Vitacress lançou dois novos produtos saudáveis e ótimos para refeições do dia-a-dia: a Salada Refeição Feijão Frade e a Salada Bistrot, duas inovações que reforçam o compromisso da marca em levar à casa dos portugueses refeições rápidas e saudáveis. A marca procura, mais uma vez, consolidar a posição de mercado, na qual é líder em Portugal. A Salada de Feijão Frade é mais uma das inovações da marca no segmento de saladas refeição, destacando-se das restantes por fazer lembrar os típicos almoços caseiros de verão, uma vez que inclui ingredientes bastante apreciados na cozinha portuguesa: feijão frade, atum, ovo cozido e salsa. Além destes, é completada ainda pelos espinafres baby – uma das principais bases desta salada –, pelas azeitonas – um ingrediente também muito português – e o molho vinagrete. A Vitacress destaca a qualidade do atum escolhido para a salada – um atum ao natural, certificado pela MSC (Marine Stewardship Council) de Pesca Sustentável Certificada. A Salada de Feijão Frade é uma refeição rica em proteínas, vitaminas e minerais, sendo perfeita para levar para a praia ou para o escritório. A Salada Bistrot é uma salada mista, ideal para acompanhar uma refeição ou para usar como base em receitas originais. Esta salada é composta por alface verde, pak Choi, rúcula selvagem e acelga, folhas mais originais e delicadas, que conferem um sabor fresco e marcante a qualquer prato. Esta salada pode ser saboreada em casa num ambiente descontraído ou numa ocasião especial, tal como se encontraria num Restaurante Bistrot. O pak Choi e a acelga têm um sabor suave, textura crocante e cor vibrante, tornando esta salada bastante atraente.

NEW HOLLAND REFORÇA A LIDERANÇA EM SUSTENTABILIDADE

A New Holland Agriculture anunciou uma parceria com as principais empresas do setor de biometano no Brasil para a criação de um ecossistema inovador para produção de gás, gerado a partir da decomposição de resíduos orgânicos. O novo ecossistema é o primeiro do género no país e promete revolucionar o mercado de biogás. O lançamento desta solução inédita no mercado de biometano brasileiro é o resultado de uma colaboração bem-sucedida entre New Holland, Iveco Group, Sebigás Cótica – empresa especializada no desenvolvimento de soluções de biodigestão, desde a conceção do projeto, construção, manutenção e operação de instalações de biogás – e Air Liquide – líder mundial em gases industriais, tecnologia e serviços para a indústria e saúde. À semelhança do que a New Holland Agriculture está a fazer na Europa com a empresa britânica Bennamann, a iniciativa visa explorar as possibilidades de produção de biometano a partir de resíduos da pecuária e, ao mesmo tempo, promover o uso de energias renováveis para a Agricultura no país. A chegada dessa tecnologia vem na sequência da venda do primeiro trator movido a gás biometano no Brasil: um T6.180 Methane Power, que pode utilizar como combustível o gás gerado a partir da decomposição de resíduos orgânicos, foi vendido para a SF Agropecuária, empresa sediada em Brasilândia, Mato Grosso do Sul.

SYNGENTA BIOLOGICALS E AMÊNDOAS VITÓRIAPOLIS APRESENTAM RESULTADOS



A Amêndoas Vitóriapolis abriu as portas da Herdade da Coelhoira, em Santa Vitória, Beja, no dia 22 de junho, para apresentar os resultados do Projeto Embaixador no seu amendoal de 300 hectares. Este projeto da Syngenta Biologicals visa demonstrar a importância da bioestimulação no acréscimo de produção das culturas agrícolas. O plano de bioestimulação foi desenhado à medida das necessidades do amendoal e teve por base 5 produtos Valagro – Vitasève; MC Set; Megafol; MC Extra e Brexil ZN- aplicados ao longo

de todo o ciclo da cultura, na totalidade da área de amendoal. Dois produtos destacam-se pelo seu contributo para o vigor, a sanidade e a produtividade do amendoal: Vitasève, melhora a atividade do cambio vascular e promove o transporte ótimo da seiva dentro da planta e a lenhificação das amendoeirais; e MC Extra, à base da alga *A. nodosum* e com capacidade de regulação hormonal (relação auxinas/citoquininas) e de dirigir os fotoassimilados para o fruto, contribuindo para o aumento do calibre.

**Linha de Crédito
Sustentabilidade 2022**

**Invista em projetos
sustentáveis.
Estamos do seu lado.
Como sempre.**

Damos crédito a uma economia mais sustentável.

Se os planos da sua empresa passam por tornar o mundo melhor, conte com a nova linha de crédito Sustentabilidade 2022. Fale com o seu gestor novobanco e invista na transição energética e climática da sua empresa.

Siga em frente, com o novobanco.

**novobanco
EMPRESAS**

Juntos fazemos o futuro.

Para mais
informações



NOVO BANCO, S.A.

Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade. Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições Bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS

